

**CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ
(LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA)**

ANA LUÍSA COUTINHO DO NASCIMENTO

**LICOR NA MORINGA, UM VINHO TROPICAL: UM OLHAR SOBRE A
IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA SÃO PAULO (1930 – 1945)**

Ribeirão Preto

2022

ANA LUÍSA COUTINHO DO NASCIMENTO

**LICOR NA MORINGA, UM VINHO TROPICAL: UM OLHAR SOBRE A
IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA SÃO PAULO (1930 – 1945)**

Trabalho de conclusão de curso de História do
Centro Universitário Barão de Mauá para
obtenção do título de licenciada.

Orientador: prof. Me. Rodrigo de Andrade
Calsani.

Ribeirão Preto

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

N1941

Nascimento, Ana Luísa Coutinho do

Licor na moringa, um vinho tropical: um olhar sobre a imigração portuguesa para São Paulo (1930 – 1945) / Ana Luísa Coutinho do Nascimento - Ribeirão Preto, 2022.

58p.il

Trabalho de conclusão do curso de História do Centro Universitário Barão de Mauá

Orientador: Prof. Me. Rodrigo de Andrade Calsani

1. Imigração portuguesa 2. Estado Novo 3. São Paulo I. Calsani, Rodrigo de Andrade
II. Título

CDU 94(469)

ANA LUÍSA COUTINHO DO NASCIMENTO

**LICOR NA MORINGA, UM VINHO TROPICAL: UM OLHAR SOBRE A
IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA SÃO PAULO (1930 – 1945)**

Trabalho de conclusão de curso de História do
Centro Universitário Barão de Mauá para
obtenção do título de licenciada.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me Rodrigo de Andrade Calsani
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Prof.^a Dr.^a Milena da Silveira Pereira
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Prof. Dr. Felipe Ziotti Narita
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Ribeirão Preto

2022

Dedico este trabalho a Tia Ângela. Obrigada
pelas boas risadas de sempre

AGRADECIMENTOS

A princípio, confesso que a escrita dos agradecimentos foi mais complexa do que a elaboração de todo este trabalho. As relações humanas são voláteis, quem é importante hoje pode deixar de ser em um estalo de dedos. Desse modo, deixo aqui minha sincera gratidão àqueles que contribuíram de alguma forma em minha formação. Nossos caminhos seguiram direções opostas, mas encerro este ciclo desejando todo sucesso em suas vidas.

Quero agradecer imensamente a Deus, meus Orixás e meus Guias, este trabalho nasceu graças a vocês. Muito axé e gratidão!

Agradeço aos meus pais, Virgínia e Paulo Sérgio, por todos os mimos, incentivos, ajudas financeiras, enaltecimentos, carinho e amor passados a mim desde sempre. Espero que eu tenha passado um pingote de reconhecimento e gratidão pelo trabalho de vocês, por terem me educado e transformado na mulher que sou hoje. Eu amo vocês de montão.

Obrigada tia Ângela e gato Marx. Vocês me divertiram, acolheram e incentivaram, eu os amo.

Agradeço ao meu namorado, Ygor, por todo seu carinho, suporte, companheirismo, tolerância, reconhecimento, paciência, cumplicidade, amizade e amor.

Agradeço aos amigos Marcel, Marília, João Victor e Karina, pelas conversas transcendentais, pelas ajudas trocadas em todos os momentos, pelos conselhos e sinceridades. Aplico neste parágrafo meus mais profundos agradecimentos ao José, meu compadre veterano. Zé, você tornou minha trajetória mais cristalina. Obrigada por tudo, amigo!

Agradeço ao meu orientador, Rodrigo de Andrade Calsani, não tenho pontos negativos para elencar no que tange nosso curso juntos. Obrigada por sua atenção e pela disponibilidade e educação ao sanar minhas dúvidas. Aproveito para agradecer a todos os meus professores e professoras pelo empenho e dedicação. Levarei os ensinamentos e conselhos de todos. Gratidão!

Por último e não menos importante, agradeço a mim! Todas as dificuldades, inseguranças, todos os obstáculos e julgamentos foram ultrapassados pela minha persistência em construir um bom trabalho. Se orgulho for um pecado, que eu seja julgada em minha morte, pois eu me sinto orgulhosamente grata e satisfeita pela pesquisa. Independente de tudo, eu consegui!

“A terra do sonho é distante
e seu nome é Brasil
plantarei a minha vida
debaixo de céu anil.

Minha Itália, Alemanha
minha Espanha, Portugal
talvez nunca mais eu veja
minha terra natal.

Aqui sou povo sofrido
lá eu serei fazendeiro
terei gado, terei sol
o mar de lá é tão lindo
natureza generosa
que faz nascer sem espinho
o milagre da rosa.

O frio não é muito frio
nem o calor é muito quente
e falam que quem lá vive
é maravilha de gente”.

(Sonho imigrante, Milton Nascimento)

RESUMO

O presente trabalho, partindo de revisão bibliográfica e análise de fontes, ambiciona expor as complicações do imigrante português recém chegado ao Brasil no governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945), em especial na cidade e no estado de São Paulo. Fugidos da fome, miséria e perseguição política propiciada pelo salazarismo português (1932 – 1974), o Brasil representava uma chance de recomeço e melhoria de vida, com propagandas que incentivavam a vinda do europeu subsidiado pelo governo para trabalhar nos meios rurais. Porém, as mazelas do campo resultaram na transformação do imigrante em trabalhadores urbanos, assumindo posturas anarquistas e comunistas foram perseguidos pela polícia política paulista. Dessa forma, em conjunto com as políticas limitadoras de Vargas, os lusitanos se reuniam com os demais imigrantes em greves e levantes populares que reivindicavam seus direitos. Outrossim, a perspectiva da mulher é tratada neste trabalho como protagonista de suas próprias histórias, e assim, procurava fazer de sua nova nação um lugar mais igualitário, sem medos de perseguições policiais e ambicionando por dias melhores. Com a construção do trabalho, conseguimos identificar quais os motivos da vinda dos lusitanos para cá, assim como rompemos com a ideia de um português pacífico perante as reivindicações trabalhistas.

Palavras-Chave: Imigração portuguesa. Estado Novo. São Paulo.

RIEPILOGO

Il presente lavoro, basato su una revisione bibliografica e un'analisi delle fonti, mira a esporre le complicazioni dell'immigrato portoghese appena arrivato in Brasile durante il governo di Getúlio Vargas (1930-1945), in particolare nella città e nello stato di San Paolo. In fuga dalla fame, dalla miseria e dalle persecuzioni politiche provocate dal salazarismo portoghese (1932 – 1974), il Brasile ha rappresentato un'occasione per ricominciare e migliorare la vita, con pubblicità che incoraggiavano l'arrivo di europei sovvenzionati dal governo per lavorare nelle zone rurali. Tuttavia, i mali delle campagne hanno portato alla trasformazione degli immigrati in lavoratori urbani, assumendo atteggiamenti anarchici e comunisti e sono stati perseguitati dalla polizia politica di San Paolo. In questo modo, insieme alle politiche restrittive di Vargas, i portoghesi si unirono ad altri immigrati in scioperi e sommosse popolari che rivendicavano i loro diritti. Inoltre, la prospettiva delle donne è trattata in questo lavoro come protagonista delle proprie storie e, quindi, hanno cercato di rendere la loro nuova nazione un luogo più egualitario, senza paura della persecuzione della polizia e aspirando a giorni migliori. Con la costruzione dell'opera, siamo stati in grado di identificare le ragioni dell'arrivo del popolo portoghese qui, oltre a rompere con l'idea di un portoghese pacifico di fronte alle rivendicazioni sindacali.

Parole Chiave: Immigrazione portoghese. Nuovo stato. San Paolo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imigrantes no Estado de São Paulo entre 1872 e 1971	21
Figura 2 – A proibição do idioma estrangeiro perante a Lei	24
Figura 3 – Imigrantes desembarcados em Santos, empregados na agricultura coeficiente de assentamento permanente entre 1908 e 1933	31
Figura 4 – Brasil, população portuguesa segundo o sexo	32
Figura 5 – Portugueses segundo as unidades de federação, divididos por sexo, censo demográfico de 1920	33
Figura 6 – Imigrantes portugueses e naturalizados segundo as unidades de federação, divididos por sexo, censo demográfico de 1940	34
Figura 7 – Estrangeiro por sexo e grupos de idade	35
Figura 8 – Idade e sexo dos imigrantes portugueses 1875 – 1964	36
Figura 9 – Registro de expulsão – Maria Beatriz Duarte	39
Figura 10 – Foto 3x4 – Antônio Candeias Duarte	44
Figura 11 – Ficha no DEOPS do português Aureliano Henriques	44
Figura 12 – Panfleto do PCB contra a Lei de Segurança Nacional (Lei Monstro), fevereiro de 1935	46

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O parto e o desconhecido	14
2.1 Os antecedentes históricos da emigração portuguesa para o Brasil	14
2.2 Brasil: a terra das esperanças	19
2.3 Vargas e Salazar: as vinculações de um Estado Novo	22
3 São Paulo: a árvore das patacas	29
3.1 Das águas atlânticas ao interior paulista	30
3.1.1 Quem é você, português?	31
3.2 Trabalho: mecanismo exploratório	37
3.3 Avante camaradas: ação, trabalho e luta	40
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

Partindo da prerrogativa de um compilado de visões sobre os lusitanos em São Paulo, nomeamos nosso trabalho com o trecho da música “Fado tropical” de Chico Buarque que remete ao período da Revolução dos Cravos portuguesa (1970) em concomitante passagem com a Ditadura Militar do Brasil (1964 – 1985). “Licor na moringa, um vinho tropical” tenta ressaltar e elencar discussões e reflexões sobre o assunto.

Sem mais delongas, consideramos complicado a abordagem da imigração para o Brasil sem considerar a adequação e inserção deste em nossa sociedade. Observamos com Darcy Ribeiro em “O povo brasileiro” (1995), a formação de nossa identidade por meio de três matrizes: indígena, africana e portuguesa. A fusão desta tríade, nos diferencia de qualquer nação do mundo e nos aproxima de algo totalmente genuíno.

Numa perspectiva histórica, a língua se fixa como um suporte para a construção de um país e as limitações das fronteiras, dessa forma, temos a criação da homogeneidade, da identidade coletiva da nação (BUENO, 2013, p. 35).

No sentido antropológico, Darcy Ribeiro ressalta que a brasilidade só é enriquecida pela sociedade local (a Luso-Tupi) devido à grande contribuição dos descendentes africanos, já *desafricanizados* pela primavera cultural da escravidão. Responsáveis pela difusão do português entre os mamelucos de língua nheengatu (a língua franca dos Tupi) os negros lavraram o português pela necessidade de conhecer o capataz e comunicar-se com outros escravos de diferentes partes da África. Não só se difundiram, como enriqueceram a língua com infinitas palavras africanas, e o "aportuguesamento" marcaria profundamente o português no Brasil (RIBEIRO, 1995).

Assim sendo, concluímos que a fácil assimilação dos portugueses em sociedade se deve dada as similaridades da língua, nosso passado colonial comum, uma tentativa de reconstrução e melhora de vida no Brasil.

O objetivo desta monografia é contribuir para os demais estudos sobre a imigração portuguesa para o Brasil no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945). Deparamo-nos com uma grande dificuldade em encontrar fontes que dialogassem exclusivamente com a vinda dos lusitanos para São Paulo no período delimitado, posto que a maioria das referências ambicionam o tratamento da imigração italiana no século XIX e início do XX e suas contribuições para a sociedade brasileira.

Entretanto, tomamos conhecimento de autores como Maria Izilda Santos de Matos, em conjunto com Oswaldo Truzzi e Alfredo Moreno Leitão, grandes pesquisadores que tratam o tema do imigrante português em São Paulo.

Para explicar a vinda desses imigrantes, utilizamos o artigo “Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil” de Rosana Barbosa, o livro “A invenção da brasilidade” de Jeffrey Lesser e o, também, artigo de Maria Izilda Santos de Matos e Oswaldo Truzzi, “Colonização e fronteiras: presença, trabalhos e lutas nos interiores de São Paulo”. Segundo estes, os imigrantes portugueses tiveram a necessidade de fugir das péssimas condições de vida que Portugal proporcionava, tendo o Brasil como um refúgio para sua fuga. Dessa forma, a viagem na maioria das vezes subsidiada pelo governo brasileiro, teve o intuito de ocupar a função dos negros escravizados de outrora. Porém, dada a falta de compromisso dos seus senhores, os baixos salários, as longas jornadas de trabalho, entre outros, os lusitanos fugiram para as cidades e tomaram as fábricas paulistas.

Consideramos os Estados Novos (português e brasileiro) uma imensurável importância para tratar o tema da imigração. Assim sendo, fomos acolhidos pelo livro de Paulo Sérgio Pinheiro “Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922 – 1935), “Nas duas margens: os portugueses no Brasil” que teve a participação de Lená Medeiros de Menezes, o artigo de Mário Luís Grangeia “Memórias e direitos na imigração portuguesa no Brasil no século XX” e a tese de doutorado de Alfredo Moreno Leitão “Lutar é preciso: exílios, resistências e tensões. Portugueses antissalazaristas em São Paulo (1945 – 1974)”.

Adentramos pelo interior paulista com a ajuda dos artigos “Colonização e fronteiras: portugueses, presença, trabalho e lutas nos interiores de São Paulo” de Maria Izilda Matos e Oswaldo Truzzi, “A introdução dos imigrantes portugueses para a economia de Ribeirão Preto” das autoras Elzimar Aparecida Merloti e Maria Christina Siqueira de Souza Campos e “História, tradições e associativismo: Portugueses em São Paulo” de Maria Izilda Matos. Da mesma forma que ponderamos sobre a fixação destes portugueses com a ajuda dos gráficos compartilhados pelo IBGE dos censos demográficos da década de 1920 e 1940 e os gráficos proporcionados por Hildete Pereira de Melo e Theresa Cristina de Novaes Marques.

Fora isso, destrinchamos o artigo de Herbert Klein “A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no século XX” na maioria das escritas dessa monografia.

Baseando-se em alguns pré-julgamentos sobre o imigrante português, acreditávamos que, por serem bem quistos pelo governo brasileiro, não desempenharam um papel importante nas greves e manifestações políticas que reivindicavam seus direitos como trabalhadores fabris. Com a construção da pesquisa, observamos que nossa hipótese inicial caiu por terra, uma vez que descobrimos a participação ativa de alguns portugueses como nos mostra Alfredo Moreno Leitão em sua tese de doutorado citada acima. Da mesma forma, que

acreditávamos que as mulheres imigrantes portuguesas não passaram pelo DEOPS, sendo essa perspectiva desconstruída pelo artigo “A diáspora portuguesa: mulheres imigrantes portuguesas. Cotidiano e expulsão. São Paulo (1920 - 1940)” de Maria Izilda Santos de Matos e pelo livro de Elizabeth Cancelli “O mundo da violência: a polícia da era Vargas”.

A presente monografia, divide-se em 2 capítulos. No primeiro capítulo – *O parto e o desconhecido* – pontuamos a trajetória do português imigrante para o Brasil, desde o início da colonização até os Estados novos de Vargas e Salazar. Ressaltamos a vista do Brasil, como uma terra de esperanças, um país de possibilidades e uma fuga da repressão salazarista e as novas oportunidades de ascensão social em solo brasileiro.

Em segundo momento - *São Paulo: a árvore das patacas* - traça o estabelecimento do imigrante em São Paulo, trazendo suas ocupações no interior paulista, as considerações acerca da figura feminina que, na falta de homens, tornaram-se protagonistas da história do país. Procuramos traçar o perfil dos portugueses que vieram para o Brasil e por fim, buscamos traçar a luta destes trabalhadores no meio urbano, filiando-se a grupos anarco-comunistas e sendo molas propulsoras de greves sindicais.

Para validar nossa análise utilizamos uma revisão bibliográfica dos artigos e livros citados acima e análise de fontes dos registros de expulsão de Maria Beatriz Duarte e dos membros da ALN, Antônio Candeias Duarte e Aureliano Henriques. Para validar nossa análise, utilizamos as leis promulgadas no período em que Maria Beatriz fora expulsa e elencamos as injustiças acerca da figura feminina portuguesa e a tese de doutorado de Alfredo Moreno Leitão. Também utilizamos o panfleto do PCB (Partido Comunista Brasileiro) contra a Lei de Segurança Nacional de 1935 e o capítulo escrito por Frederico Alexandre M. Hecker “Políticas e polícias autoritárias, tanto lá como cá” separata do livro “Deslocamentos e histórias: os portugueses”. Recorremos, ainda, de uma pesquisa quanti/quali para a realização e validação das nossas asserções sobre o estabelecimento de portugueses no interior paulista.

Com base nos itens expostos, levantamos duas problemáticas: quais os motivos da vinda desse português para o Brasil? Sua passividade permaneceu intacta mesmo com as injustiças propiciadas pelo governo de Getúlio Vargas?

Por fim, nossa pesquisa nasceu para contribuir nos futuros trabalhos sobre a temática, uma vez que observamos o destaque que os portugueses imigrantes estão adquirindo no meio historiográfico dos últimos anos.

2 O PARTO E O DESCONHECIDO

Inicialmente, Jorge Fernandes Alves (2001) indaga que “os homens movem-se e essa mobilidade transforma-se por vezes em emigração, isto é, assume destinos além-fronteiras, configurando transferências maciças de população” (p. 3).

Desse modo, o ato de emigrar está presente em todo ser vivo existente neste mundo, sendo observado desde aves que emigram periodicamente de região, dada as mudanças climáticas, até naqueles seres humanos que saem de seu país natal para viver em outro. O agora imigrante, depara-se com um ambiente inóspito e pessoas desconhecidas abarrotadas de preconceitos por aqueles que são diferentes do habitual. Com o decorrer da história do Brasil, o país pode ser considerado um polo de atração para algumas nações – como a portuguesa, italiana, espanhola e japonesa – mesmo a repulsa à alguns imigrantes estarem presentes na sociedade, no trabalho e principalmente nas políticas públicas propiciadas pelo governo de Getúlio Vargas que determinava o “desejável” e o “indesejável” para adentrar a nação, seguindo os critérios étnicos, políticos, religiosos e culturais.

Acima de tudo, é importante salientar que este trabalho é construído a partir da visão de alguns autores, como Jeffrey Lesser, Maria Izilda Matos, Alfredo Moreno Leitão e Ana Beatriz Nizza da Silva que se preocuparam com a imigração dos nossos “pais fundadores”, os portugueses. Tão constantemente desconsiderados das abordagens imigratórias da historiografia brasileira, que por muitos anos escreveu com voracidade sobre os imigrantes do Eixo, tais autores fomentaram minha ânsia pela pesquisa da imigração lusitana para o Eldorado brasileiro.

Este capítulo tem como objetivo expor os antecedentes da imigração portuguesa, ponderar sobre o porquê do Brasil, ter sido um polo atrativo para essa população e as políticas imigratórias dos Estados Novos brasileiro e português durante 1930 e 1945.

2.1 Os antecedentes históricos da emigração portuguesa para o Brasil

Remetendo aos primórdios da história portuguesa, identificamos no período pré-romano a locomoção dos lusitanos dos Alpes Suíços até a região localizada entre os rios Tejo e Douro. A então *Lusitânia* conquistada pelos romanos em 29 a.C., tinha sua economia vinculada a exploração mineradora, agropecuária e, o que funcionava como, indústrias pesqueiras.

Emigrantes desde os anos antes do nascimento de Cristo, os lusitanos modernos expandiram seu território ultramarino até chegar no que viria a se tornar a América Portuguesa no século XVI. Sob uma perspectiva hemisférica, *Abya Yala* (denominação indígena para América Latina) tornou-se uma região de imigrantes, tendo o fluxo iniciado nas expansões marítimas, com a vinda forçada de negros escravizados, e se estendendo até os séculos XIX e XX com as grandes correntes migratórias.

Para Jeffrey Lesser, o Brasil foi construído a partir de uma relação entre imigração e identidade, tendo uma concepção de imigrante baseada por alguns intelectuais e políticos, como “agentes do aperfeiçoamento de uma nação imperfeita, conspurcada pela história do colonialismo português e pela escravidão africana” (LESSER, 2015, p. 28).

Em se tratando de pioneirismo, os primeiros colonos imigrantes que adentraram o Brasil foram forçados pelo Reino de Portugal a estabelecer morada na colônia. Segundo João Silvério Trevisan:

[...] os primeiros colonizadores portugueses atirados na América eram, geralmente, assassinos, ladrões, judeus foragidos e gente considerada devassa e desviante, por cometer libertinagem, sodomia, bestialidade [ato sexual com animais], proxenetismo [prostituição] e ‘molície’ [carícias sexuais]. (TREVISAN, 2011, p. 111)

Rosana Barbosa, no artigo “Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil”, relata que no período colonial da América portuguesa, os lusos compunham a maior parte da população livre e branca do país, ocupavam todas as posições administrativas da colônia e era o grupo com maior número que possuíam propriedades. Nesse viés, Jeffrey Lesser pondera que com o passar dos séculos XVII e XVIII, o primeiro momento migratório se deu por parte da Coroa portuguesa e suas intimações para que os colonos imigrantes indesejáveis fossem ocupar as fronteiras que separavam o território português do espanhol. Visando ocupar as terras, a população do futuro Brasil começou a ser constituída por povos indígenas, negros escravizados e uma quantidade considerável de colonos portugueses. Para o autor (LESSER, 2015, p. 35) o desejo da elite colonial era construir uma população “menos “negra” e mais “branca”, por isso ocorreu a procura pelos colonos europeus que fossem “[...] laboriosos, empreendedores, de pele clara, mas capazes de se adaptar bem ao clima brasileiro estranho a eles”, os quais não foram fáceis de atrair (LESSER, 2015, p. 35).

A segunda leva refere-se à vinda da família real em 1808. Fugindo de Napoleão Bonaparte, a nobreza de Portugal fez morada em sua colônia, desenvolvendo assuntos políticos, como permitir que outras nacionalidades conquistassem propriedades de terras, e econômicos, tendo como exemplo a abertura dos portos as nações amigas da metrópole, que culminariam na independência do Brasil em 1822.

Após a independência, houve um aumento do nível de trabalhadores imigrantes pertencentes as ocupações de baixo e médio status. Para Barbosa:

Portugal estava em um período de declínio econômico o qual foi causado, principalmente pela perda de seu monopólio econômico com a antiga colônia. Muitos imigrantes portugueses, vindos do continente e dos Açores começaram a assumir empregos antes restritos aos negros. (BARBOSA, 2003, p.174)

Dada a situação portuguesa, podemos validar que o processo emigratório do século XIX foi resultado de uma transição política e econômica que dificultou as formas de se viver no país. Originários, em grande maioria do Norte de Portugal (Beira Alta, Trás-os-Montes, Minho e Estremadura), procuravam com a fuga “melhorar de fortuna”, uma vez que o Brasil era visto como uma terra de muitas riquezas, um país do Eldorado, repleto de oportunidades (PASCKES, 1991).

Ainda segundo Rosana Barbosa, a vinda de imigrantes no período colonial auxiliou o controle da Coroa nas terras tupis. A coroa Portuguesa adotou medidas para colonizar o Brasil com imigrantes europeus, em especial jovens casais dos Açores. Tais solicitações eram feitas por documentos, como remete este do ano de 1799 pedindo o envio destes casais para um povoamento na Bahia: [...] se ordena façamos recrutar sessenta casais de pessoas que sejam robustas, e queiram ir voluntariamente para um estabelecimento, que se manda formar na Bahia, onde se lhes há de mandar dar tudo o que for necessário para o seu arrançamento (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1799).

Os imigrantes portugueses entre os séculos XVIII e XX buscavam morada no Rio de Janeiro, sendo comum a vinda destes sem passaporte. Barbosa relata que o cônsul português do Rio de Janeiro deflagra a vinda de rapazes em idade de trabalho, cuja fuga de mão de obra prejudicaria a agricultura portuguesa:

Permita-me V. Exa. que eu tome a liberdade de apresentar que todas as embarcações que saem de Portugal vêm cheias de gente fugida, particularmente as que vem do Porto. O “Danúbio” que chegou ultimamente, além de um grande número de pessoas que trouxe de mais na lista da tripulação, trouxe escondidos 38 rapazes; esta classe de gente que vindo para o Brasil deve fazer falta a agricultura de Portugal (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, 1826)

A entrada massiva de homens em terras brasileiras na primeira metade do século XIX, traz à tona a questão feminina dentro destes relatos. Onde elas estavam? Com a alta emigração masculina, em algumas regiões de Portugal, como Minho, ocorria a predominância do sexo feminino. Autores como Joel Serrão e Maria Ioannis Baganha tratam da população restante de Portugal ser de maioria feminina, da mesma forma que não exclui a fuga destas para

o Brasil, como escreve Maria Izilda Santos de Matos sobre a responsabilidade que o ser feminino adquiriu com a saída dos homens de Portugal: “As mulheres passaram a arcar com oscuidados e sustento dos filhos, a manutenção da propriedade e negócios, além das atividades domésticas” (MATOS, 2019, p. 2). Para Jeffrey Lesser (2015), as mulheres também vinham como órfãs religiosas para se casar com os homens brancos da colônia.

Pontuando o contexto do século XIX, com as teorias acerca do branqueamento da sociedade brasileira e os incentivos do governo para a entrada de imigrantes desejáveis, o Rio de Janeiro recebeu uma porcentagem de mulheres que foram destinadas ao trabalho doméstico e para construir um Brasil multiétnico.

Na segunda metade do século XIX, pode-se dizer que o número de entrantes aumentou consideravelmente. Para Barbosa, “apesar da maioria desses indivíduos continuar a ser de homens jovens, o número de mulheres tornou-se mais significativo nesse momento já que mais famílias passaram a migrar juntas, particularmente no fim do século XIX” (BARBOSA, 2003, p. 189)

Com as ideias revolucionárias que os ventos independentes traziam da Europa para cá, a concepção de uma literatura abolicionista inspirou a camada elitista a ponderar sobre um ideal de nacionalidade brasileira. Os imigrantes, pertencentes a uma certa camada alta de uma hierarquia racial (criada por brancos), culminou na adoção de uma nova filosofia no século XIX: a do “branqueamento da raça”. Tal filosofia consiste na transformação de uma sociedade recheada negros para uma repleta de brancos, utilizando políticas imigratórias de atração para o Brasil e os casamentos misto. Para Lesser, “o “sangue” branco “forte” passaria a sobrepujar o dos não brancos “fracos”, e a lei impediria a entrada de raças “fracas” (LESSER, 2015, p. 40-41).

reverberando e iluminando as políticas criadas posteriormente pelo governo de Getúlio Vargas, na década de 1930.

Vale ressaltar que no século XIX, com a “onda imigratória” em massa para o Brasil, como cunhou Lená de Medeiros (2009), dos 4 milhões de imigrantes que adentraram o país entre 1882 e 1934, cerca de 1,9 milhão eram portugueses, segundo os dados expostos por Maria Izilda Santos de Matos e Oswaldo Truzzi no artigo “Colonização e fronteiras: presença, trabalhos e lutas nos interiores de São Paulo”.

Sob a ótica da história portuguesa do século XIX escrita por Herbert Klein no artigo “A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX”, pode-se considerar que decorrente da grave crise econômica, proporcionada pelo índice demográfico em constante crescimento (natalidade alta e mortalidade baixa) e pela incapacidade da economia de sustentar uma população

predominantemente rural, Portugal foi o país europeu que mais emigrou. Enfrentando sérios problemas, como a distribuição das terras do Norte, uma região que possui uma grande concentração populacional e o predomínio de minifúndios, afetaram a modernização da agricultura nacional. Segundo esse ponto de vista, o vinho do Porto, a principal exportação portuguesa, tinha uma produção industrialmente restrita e não conseguia compensar a incapacidade do crescimento da agricultura em geral. Como também, o setor industrial tinha um ritmo de expansão lento que não conseguia compensar na falha agrícola (KLEIN, 1989).

Dado o período que interessa ser tratado neste trabalho (1930-1945), Klein pontua que durante o século XX ocorreram três períodos de intensa e/ou imigração: 1912-1913, 1918-1920 e 1966-1972. Para explicar as razões da emigração entre os anos de 1912 e 1913, será necessário observar o contexto político e econômico que rodeava Portugal nesse momento. Segundo Carolinne de Medeiros Sanches (2021), já sob o Governo Provisório de Teófilo Braga e com o exílio da família real portuguesa em Gibraltar, as promessas da Primeira República de Portugal de resolução dos problemas sociais, políticos e econômicos só beneficiaram a camada

média alta da população, permitindo que a classe trabalhadora não adquirisse nenhuma vantagem com essa nova forma de governo, compactuando para a sua emigração em massa como forma de escapar da miséria que alastrava suas vidas neste primeiro momento. O segundo fluxo de 1918-1920 pode ser facilmente explicado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a devastação econômica da Europa, período em que o mundo conheceu uma chacina fraticida.

Ao final da década de 1920, o declínio da imigração de portugueses para o Brasil se deve ao expansionismo do mercado de trabalho europeu, ao desenvolvimento de uma indústria mais ampla em Portugal, a crise mundial proporcionada pela queda da bolsa de valores de Nova York em 1929 e ao início das políticas brasileiras que visavam proteger o mercado e os trabalhadores nacionais, razão que será discutida no decorrer deste trabalho de pesquisa.

José Jobson de Andrade Arruda pondera sobre o passar de séculos da imigração portuguesa para o Brasil:

Um fluxo singular de lusitanos que, ao saírem de Portugal, eram emigrantes, mas que tão logo chegados ao Brasil, transformaram-se imediatamente em colonos, e não imigrantes, só o fazendo ao cabo de três séculos, quando a colônia portuguesa converte-se em nação independente (ARRUDA, 2013, p. 15).

Nessa perspectiva, a mudança ocorreu segundo o estatuto da terra, passando de recepcionista dos colonos que chegavam à América Portuguesa, desde 1500, para imigrantes em um Estado independente. Fernando de Sousa (2011) no texto “Os Portugueses: de colonos

a imigrantes”, considera que, espontaneamente com a independência, os portugueses aqui vivendo tornaram-se brasileiros.

2.2 Brasil: a terra das esperanças

Retomando a era das grandes imigrações do século XIX e início do XX, o Brasil foi o ponto de atração para os portugueses. Segundo Joaquim da Costa Leite, a emigração atlântica lusitana contribuiu para a saída de 1,3 milhão de imigrantes, sendo que 80% entraram no Brasil entre 1855 e 1914 (LEITE, 1999, p. 177)

No século XIX, a América Latina foi organizada como Estados cuja economia era destinada para a exportação. Desse modo, foi-se necessário o apelo a imigração em massa para substituir a mão de obra escravista, barateando-a e ajustando-a à conjuntura econômica mundial.

Os agravantes da legislação brasileira buscavam favorecer a imigração, somada à fuga do serviço militar dos portugueses, enxergaram o Brasil como um polo atrativo para se refugiar. Fatores em conjunto com o ser falante da mesma língua, com as relações históricas e econômicas de metrópole e colônia, melhores condições financeiras e os incentivos para os imigrantes trabalharem nas fazendas de café (tinham suas viagens subsidiadas para cá), contribuiu ainda mais para a chegada do contingente português.

A imigração em massa de homens para o Brasil, desfavoreceu as atividades econômicas dos países de partida, uma vez que partiam os válidos e restava as mulheres, crianças e idosos. Jorge Fernandes Alves pontua que, a partir do século XIX, a fuga se torna preocupante, posto que o fluxo derivou do que este denomina de “fuga patológica” sendo essa proveniente exclusivamente da miséria.

Para uma melhor compreensão da vinda desses portugueses, faz-se necessária a discussão da situação de Portugal. Como citado no subcapítulo anterior, a economia agrícola passava por uma crise considerável. Os principais produtos de exportação, o vinho, os cereais e os bovinos, estavam sendo prejudicados, pois as vinhas continham pragas e a concorrência ultramarina, dada a revolução do transporte e as maneiras de se conservar a carne, salientou a expulsão dos produtos importados pela Inglaterra.

Dessa gestão de uma agricultura virada essencialmente para a auto-suficiência, dada a escassez de mercado, **emergia a necessidade de distribuir os diversos filhos para profissões exteriores à empresa agrícola e nesses destinos o mais provável era o da emigração para o Brasil**, pois uma economia em crescimento, como era a brasileira, onde se radicavam familiares e conhecidos, sempre apresentava maiores

expectativas de inserção positiva, **surgindo o Brasil como uma verdadeira terra de esperanças** (ALVES, 2001, p. 6, grifos nossos).

Seguindo o pensamento acima, abonada precisão de locomoção daqueles considerados aptos para o trabalho, emergia, também, a necessidade do ensino de novos ofícios pelas famílias. O Brasil passou a ser visto como a terra que propunha a esperança de uma vida financeira semelhante a uma árvore frutífera, cujo excedente seria destinado ao restante da família que se encontrava em Portugal ou para a acumulação de um pecúlio, para que terras fossem compradas e da hipoteca fossem libertados.

Desse modo, o Brasil - no final do século XIX e início do XX - passou a receber um número expressivo de portugueses que, por conta do enraizamento tradicional, a língua semelhante e os laços familiares atrelados ao fato do português dominar alguns setores do mercado de trabalho brasileiro, tivemos uma situação de “[...] fixação urbana dos portugueses que para ali se dirigiam e/ou eram atraídos por compatriotas que lhes ofereciam trabalho e neles recrutavam os futuros sócios ou continuadores dos seus investimentos [...]” (ALVES, 2001, p. 10). É comum, quando lemos sobre a imigração portuguesa para o Brasil, depararmos com o termo “imigração urbana”. Esse fato se deve ao mercado de trabalho rural ser desqualificado, com uma relação salarial de baixo nível, uma vez que a rede de imigração procurava por jovens pujantes e dotados de força braçal para serem explorados pela mão de obra barata das plantações. O interessante é que, como o governo brasileiro subsidiava a vinda dos imigrantes europeus para cá, muitos desembarcavam e fugiam dos seus contratos, atitude essa considerada até caso de polícia.

No artigo “Imigração portuguesa em São Paulo: memórias, gênero e identidade”, Maria Aparecida Macedo Pascal comenta que a chegada dos imigrantes mostrava a “[...] busca de uma identidade a ser construída, no processo de elaboração de uma nova situação de vida” (PASCAL, 2008 p. 6). No entanto, as propagandas sobre essa terra de esperanças, esse país das possibilidades, idealizado pelas oportunidades de enriquecimento e liberdade, trouxe algumas decepções sobre a vinda e as vivências estabelecidas no Brasil.

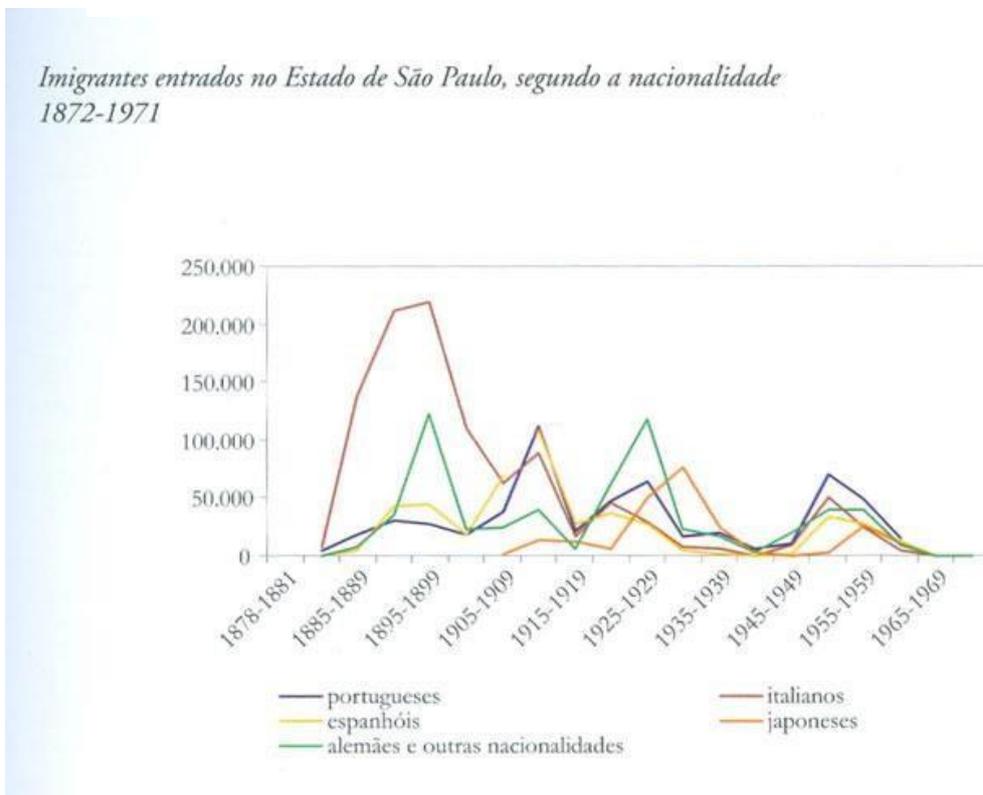
A vida em São Paulo nos bairros pobres, tais como Barra Funda, Bom Retiro, Mooca e Bexiga, onde a massa de imigrantes se concentrava, em virtude de dificuldades de higiene, insalubridade, enchentes, ausência de transportes e de outros serviços públicos, tornava extremamente difícil o cotidiano das famílias imigrantes. Para muitos, ficavam bem evidentes a perda de status e as duras condições de vida, longe do "Eldorado sonhado". (PASCAL, 2008, p. 6)

Por mais que o Rio de Janeiro foi o estado mais requisitado para o estabelecimento de portugueses e São Paulo ter sido marcado pela presença significativa de italianos e japoneses,

existiram aqueles lusitanos que procuraram morada no interior paulista. Atraídos pela grande demanda braçal, pelas possibilidades de expansão e pelas atividades urbanas e industriais, dos 4 milhões de imigrantes que adentraram estas terras entre 1882 e 1934, 60% se dirigiram para o estado de São Paulo (MATOS; TRUZZI, 2020).

No início do século XX, foi-se estabelecido o Decreto Prinetti (1902) pela Itália, o qual proibia a saída de imigrantes italianos subsidiados pelo governo brasileiro. Nessa perspectiva há o reflexo da queda de entrantes italianos no país, seguido por uma ascendência do contingente português, espanhol e japonês, fato passível de ser observado na figura 1 abaixo.

Figura 1 - Imigrantes no Estado de São Paulo entre 1872 e 1971



FONTE: BASSANEZI, Maria; SCOTT, Ana; BACELLAR, Carlos; TRUZZI, Oswaldo. Atlas da Imigração Internacional em São Paulo 1850-1850. São Paulo: Editora Unesp, 2008. p. 1

O imigrante, que optou pelo oeste paulista, viu a expansão cafeeira e ferroviária, auxiliando na construção da história da Zona Central de Campinas, das Zonas Intermediárias Mogiana e Paulista e das Zonas Novas de Araraquara, Alta Sorocaba e do Noroeste, conforme apontam Maria Izilda Matos e Oswaldo Truzzi (2020).

Em 1907, foi estabelecida a Lei Adolfo Gordo que conceituava o tempo de residência do imigrante no país. Para Maria Izilda Santos de Matos, “a medida se baseava na necessidade de controle, regulamentando as expulsões de estrangeiros com critérios mais

rígidos e aplicáveis à totalidade dos imigrantes”. Com a lei, era permitida a expulsão daqueles que comprometessem a segurança nacional ou a tranquilidade pública (vagabundes, mendigos, prostitutas), de uma parte ou de todo território. Entretanto, “[...] cabe observar que o Decreto colocava algumas restrições à expulsão – residência no país por dois anos contínuos, ser casado com brasileira e, se viúvo ter filho brasileiro” (MATOS, 2011, p. 198)

Expostas algumas das necessidades que culminaram para a vinda dos imigrantes portugueses para o país, finalizamos este subcapítulo com uma citação sobre as transformações de todo circuito imigratório a partir da perspectiva do escritor romancista português Alexandre Herculano, que poeticamente descreve o Brasil como “[...] a nossa melhor colônia... depois que deixou de ser colônia nossa” (ALVES, 2001, p. 116).

2.3 Vargas e Salazar: as vinculações de um Estado Novo

Este subcapítulo não tem a intenção de descrever os governos de Vargas e Salazar, mas sim pontuar as relações diplomáticas entre os representantes do Estado e suas ações para com os e/imigrantes.

Desde o início do século XX, algumas leis foram adotadas para controlar os estrangeiros considerados subversivos pelo governo brasileiro como apresentado anteriormente. A ineficiência destas, obrigou o sistema a criar o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em 1924, uma polícia hierarquizada, combativa e agressiva. Para Menezes (1996), a delegacia focou suas ações contra os opositores do regime, entre eles os estrangeiros indesejáveis e propagadores de *ideias exóticas*¹.

Tomemos conhecimento do DOPS/DEOPS², no qual teve participação ativa no Estado Novo de Getúlio Vargas. Na década de 1930, o comunismo foi eleito o inimigo da Nação, assim sendo foi implantada uma campanha contra ele e legitimado o poder de forma centralizada e enrijecida. Segundo Pinheiro (1992), essas medidas faziam parte de uma política nacionalista que buscava proteger a nação contra uma pregação de desvio ao trabalhador nacional, visando, dessa forma, o combate ao povo estrangeiro.

¹ Entende-se por “ideias exóticas” as teorias políticas importadas da Europa, como o anarquismo e o comunismo, inseridas no Brasil pelos imigrantes, com destaque aos italianos, portugueses e espanhóis.

² Reconhecemos que o DOPS, a polícia política criada em 1924, tem sua correspondência no âmbito federal e o DEOPS, desmembrado posteriormente, surgiu para atender as demandas estaduais seguindo a sigla dos estados correspondentes, tal como o DEOPS/SP. Este capítulo não está voltado para a repressão policial sofrida pelos imigrantes, tópico este que será discutido posteriormente.

O imigrante, necessário para movimentar a economia cafeeira durante o percurso inicial do século XX, levou ao estoque acumulativo de mão de obra, obrigando Vargas, no governo provisório (1930 – 1934), implantar uma política ainda mais restritiva para a entrada de imigrantes no Brasil para favorecer o trabalhador nacional. Implantou-se a Lei de Cotas de 1934, a qual deliberava sobre os 2/3 obrigatórios de trabalhadores brasileiros dentro das empresas. Os portugueses participaram de um caso particular, foram beneficiados com algumas ações que os enalteciam como um modelo a ser seguido, um trabalhador operoso, persistente e sereno, tudo diante a aliança entre Vargas e Salazar.

A partir do Estado Novo varguista (1937-1945), criaram-se um conjunto de leis e decretos para filtrar e selecionar ainda mais a entrada dos indivíduos considerados perniciosos e indesejáveis, na mesma medida que almejava a preservação étnica do Brasil. Para aquele estrangeiro que promovia a desordem social ficou a cabo do DOPS perseguir e “*prontuariat*”³ o cidadão envolvido em questões políticas (2011, p. 202). Nessa perspectiva, o Decreto-Lei nº 392 de 27 de abril de 1938, promulga sobre a expulsão de estrangeiros do Brasil, independente do seu tempo de moradia, sendo “[...] passível de expulsão o estrangeiro que por qualquer motivo comprometer a segurança nacional, a estrutura das instituições ou a tranquilidade pública” (BRASIL, 1938). Em compensação, o Decreto-Lei nº 479 de 8 de junho de 1938, “[...] restringia o direito de expulsão, tendo como foco o aspecto da residência – mais de 25 anos ou ter filhos brasileiros vivos” (MATOS, 2011, p. 202).

Por isso, a expulsão como mecanismo de controle estatal, auxiliou no recrudescimento das políticas de nacionalização, atingindo os estrangeiros e seus descendentes. Vargas exerceu com mãos de ferro a nacionalização dos meios sociais, tais como as escolas e a proibição do uso de línguas estrangeiras, principalmente dos imigrantes oriundos dos países do Eixo, predisposto o contexto devastador da Segunda Guerra Mundial, conforme imagem abaixo.

³ *Prontuariat* – derivação do substantivo ‘prontuário’. Aquele que se encontra fichado pela instituição, que possui seu nome arquivado. O mesmo que anotado, registrado, catalogado. “Fichado pelo Deops” como ficaram conhecidos no período.

Figura 2 - A proibição do idioma estrangeiro perante a Lei



FONTE: Hammes, 2018 apud Folha Pomerana, nº 231, 2018

Basta observar que se no Brasil se fala apenas o português, o imigrante lusitano não sofreria equivalente abuso e repressão idêntico aos outros aventureiros que procuravam o país enquanto refúgio. Porém, Mario Luís Grangeia (2017) nos mostra que até no Estado Novo, as políticas e leis favoreciam a estabilidade do português no Brasil, mas com o passar dos anos a intolerância se fez presente na população brasileira. Para Mendes (2010), o processo de independência liderado por um monarca português ainda causava alvoroço e rivalidade entre os moradores do mesmo país. Fatores em conformidade como a grande depressão de 1929, a Segunda Guerra Mundial e as severas políticas varguistas, cambalearam a imigração de portugueses para cá. Cambaleou, mas não cessou. Uma vez que os lusitanos foram ativos na política, economia e agitações sociais dos dois Estados Novos.

Em se tratando da política portuguesa, foi gradualmente beneficiada com a política imigratória, tanto como um reforço para a etnia luso-brasileira, quanto pela afinidade entre os dois Estados Novos. Para a historiadora Eulália Maria Lahmeyer Lobo, “os argumentos usados eram o da importância do elemento português na formação do povo brasileiro, o sentido luso-brasileiro da formação histórica da nacionalidade, o poder de adaptação do luso, a identificação entre brasileiros e portugueses e a sua contribuição cultural” (LOBO, 2001, p. 178)

Consoante dizeres anteriores, a restrição aos indivíduos indesejáveis para adentrar o país não se aplicou aos portugueses, haja vista “[...] na falta de brasileiros a D.T.C. [Diretoria de Terras e Colonização] solicitará autorização do Conselho de Imigração e Colonização, para localizar estrangeiros, de preferência de nacionalidade portuguesa” (BRASIL, 1938 *apud* GRANGEIA, 2017).

No que tange à história, o episódio português não é distinto e não está distante dos ontecimentos brasileiros de 1937 e 1964. É interessante ressaltar que o país foi uma monarquia até 1910 e as crises da Primeira República, somado ao Exército e aos grupos de oposição, resultaram na utopia de um militarismo a favor da Pátria e de sua recuperação econômica. A necessidade de salvar a República através de um regime autoritário, deixa explícito o temor pela volta da política anterior e a necessidade de impedir o retrocesso por meio da exclusão do passado e início imediato da reforma da nação (LEITÃO, 2019, p. 28), instituindo o Estado Novo, em 1932.

A figura de Oliveira Salazar surge como Ministro das Finanças até se tornar presidente na década de 1930. Para Alfredo Moreno Leitão, as medidas adotadas por Salazar tornaram-no um sujeito de grande destaque e influência para o presidente Oscar Carmona. O comandante da nação considerava que “[...] a estabilidade e o fortalecimento do governo só seriam possíveis através de uma postura antiliberal e antidemocrática” (LEITÃO, 2019, p. 31-32) Seu longo governo estende até 1974, tendo o poder sob controle absoluto de Salazar até 1968, ano em que é afastado por conta dos problemas de saúde e substituído por Marcelo Caetano, o qual continuaria seu legado.

Surgindo como uma resposta à crise econômica dado o período entre guerras, com altas taxas de desemprego, inflação e um crescimento da esquerda militante, o salazarismo se assemelha ao varguismo pela sua característica antidemocrática, antiliberal e anticomunista. Portugal também instituiu mecanismos de controle político e social, como a PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1933) e a PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado (1945) que se incumbiam de aniquilar a oposição do governo de Salazar. A PVDE exercia seu poder em âmbito nacional, prendia os opositores, dava instrução processual, auxiliava os serviços de censura, violava correspondências, instalava escutas telefônicas, vigiava fronteiras e estrangeiros. Já a PIDE ficou encarregada do *trabalho sujo*, torturando e assassinando os opositores.

Fazendo uma comparação entre o DEOPS paulista e a PIDE portuguesa, ambos foram ampliados e divididos para um melhor exercício do controle, vigilância e punição daqueles que pusessem em risco a ordem nacional.

Ainda sob esse tópico, Vargas e Salazar são semelhantes no que se refere a ideologia fascista. Getúlio Vargas elaborou uma Constituição que implantava um governo autoritário, legalizando o Estado Novo, retirou a democracia e os Direitos Humanos dos opositores ao sistema, proporcionava liberdade para a polícia repressiva do Estado, fechou o Congresso e controlou as manifestações dos comunistas e integralistas.

Sobre o governo de Salazar – e nesse ponto nos atrevemos a observar as afinidades com o governo de Vargas – Marcelo Lucena aponta que este pode ser caracterizado como um fascismo sem um movimento fascista, pontuando que não houve agitação das massas populacionais, havendo analogias ao nível governamental com a criação de um partido único, de uma polícia política e o predomínio de um chefe de governo sobre o Estado (LUCENA, 1984 *apud* LEITÃO, 2019). Outra semelhança está no apoio da Igreja Católica como elemento influenciável das massas a consentir com governos autoritários. Em contrapartida, Salazar não foi um sujeito carismático tal qual Vargas, mas assim como o segundo, possuía o apoio da elite rural e católica. Desse modo, era vantajoso para os dois regimes manter relações diplomáticas, pois além de existir a proximidade cultural, detinham ideologias parecidas.

Ponderando agora sobre a imigração de portugueses para cá neste período opressor, as mesmas nuances que cercavam Portugal nos séculos anteriores, foram fatores contribuintes para a saída populacional. A área rural do país não cedia emprego suficiente para a camada desempregada, obrigando-os a procurar as cidades. A Lusitânia de outrora navegava por um momento crítico na industrialização, ao Norte a alta densidade demográfica e o predomínio de pequenas propriedades familiares culminou na necessidade, na tolerância e no incentivo por parte do governo salazarista para controlar a demografia e conter os levantes populares que reivindicassem melhorias no campo e na cidade.

No Brasil, o crescimento das cidades auxiliou a abertura de um comércio específico (quitandas, açougues e padarias), cujos trabalhadores eram membros da família ou algum português recém-chegado. Posto isso, é observável as redes sociais estabelecidas entre os compatriotas que se ajudavam.

Além da emigração econômica, ocorreu aquela em que fugiam das perseguições políticas, religiosas e étnicas, buscando liberdade no país das possibilidades. Para Leitão (2019) o salazarismo obrigou e promoveu a emigração de quase uma geração de opositores. Estes, submergiram em São Paulo e no Rio de Janeiro, entre 1930 e 1940. Para consolidar, o Decreto nº 3010 de 20 de agosto de 1938, promulgava:

[...] a entrada e a permanência de estrangeiros no território nacional, sua distribuição e assimilação e o fomento do trabalho agrícola. Em sua aplicação ter-se-á em vista preservar a constituição étnica do Brasil, suas formas políticas e seus interesses econômicos e culturais. (BRASIL, 1938)

Desta forma, concluímos que segundo o *caput* da lei e seus desdobramentos, era permitida a entrada de determinados imigrantes visando manter a etnicidade do Brasil, da mesma forma que a quota que se permitia adentrar o país “[...] corresponde a dois por cento (2%) do número de estrangeiros da mesma nacionalidade que entrarem no país, com o mesmo caráter, no período de 1º de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933”. Sendo 20% destinados às atividades urbanas e os outro 80% à atividade agrícola (BRASIL, 1938).

Cabe ressaltar que Leitão (2019) observa sobre a única nacionalidade que não seria atingida pelas restrições expostas acima seria a portuguesa, não sendo limitada em nenhum momento da história varguista. Inclusive, o português era bem requisitado pelo empresariado brasileiro, já que a proximidade linguística e as qualidades profissionais seriam bem aproveitadas para o desenvolvimento industrial do Brasil. Inclusive, Salazar e Vargas acordaram que seriam enviados trabalhadores portugueses especializados em indústrias anualmente.

Para finalizar, alguns ministros se opunham à entrada de imigrantes no Brasil. O ideal europeu e a ambição em construir uma identidade nacional (branca), refletiu nos pensamentos de Francisco Campos que enxergou a imigração como uma mazela. O Ministério da Justiça e Negócios Internos, pontuou sobre os perigos que atingiam a Segurança Nacional, tanto que foi firmado o Decreto-Lei nº 3175 de 7 de abril de 1941, no qual passava ao Ministro a concessão de vistos ao estrangeiro. Tal medida tomada durante a Segunda Guerra Mundial, tinha como objetivo restringir a entrada de refugiados de guerra, principalmente os judeus. O secretário, Ernani Reis, em seu artigo “Imigração e sentido nacional”, mostrou a preocupação com a entrada de imigrantes no Brasil e a possibilidade de dismantelar a construção étnica nacional.

A introdução maciça de populações com o fim de encher os espaços vazios do nosso território, isto é, a introdução de uma quantidade tal de imigrantes que superasse a nossa capacidade atual de assimilação, significaria fatalmente a desfiguração e o desnaturamento, do ponto de vista nacional, de vastas extensões do solo pátrio. Da tentativa de acrescer demograficamente o país resultaria, destarte, uma diminuição espiritual da pátria e essa diminuição espiritual poderia tornar-se, mais tarde, um fator da própria redução material da pátria, a saber, uma ameaça à sua unidade. (REIS, 1943 apud KOIFMAN, 2012).

A inquietação de Campos e Reis estava perante os subsídios cedidos pelo governo brasileiro para aquele imigrante que gostaria de exercer o trabalho agrícola no Brasil. À medida

que chegavam ao país, obstruíram a ordem e se destinaram às cidades, causando assim um grande crescimento de São Paulo. Mas este será o assunto do capítulo seguinte

3 SÃO PAULO: A ÁRVORE DAS PATACAS

Jeffrey Lesser (2015) nos conta que “na maior cidade brasileira, São Paulo, costuma-se dizer que uma paulistana típica é uma “japonesa que fala português com sotaque italiano enquanto come uma esfiha” (LESSER, 2015, p. 31) Nesse prisma, a cidade foi calcada partir de um pluralismo étnico, dotado de diversidade racial. Este capítulo foi pensado em três concepções.

Para explicar a primeira, Araújo (1940) pondera que em 1934 a cidade de São Paulo abrigava 79.465 imigrantes de origem portuguesa que auxiliavam na composição de um mosaico culturalmente misto quando relacionado com os migrantes do interior e os demais europeus que escolheram este estado como moradia permanente. Posto isso, explicaremos a estadia destes indivíduos no interior.

Maria Beatriz Nizza da Silva preocupa-se em discutir a importância dos estudos historiográficos acerca da mulher. (SILVA, 1986) Enfrentando desafios na falta de fontes disponíveis para a análise do período migratório feminino, Silva consegue constatar no censo de 1920 quedas 142.379 imigrantes portuguesas que estavam no Brasil, 65.283 encontravam-se no estado de São Paulo. De fato, a imigração era majoritariamente composta por homens, porém dada algumas políticas de atração aos imigrantes e as dificuldades enfrentadas em seus países de origem, o Brasil se tornou também a morada das mulheres. Tais raparigas, quando não morriam no trânsito entre os dois países, iludiam-se com as promessas de fazer grandes fortunas. Quando pisavam na América e se viessem sozinhas, eram comumente associadas a prostituição ou se dirigiam as fazendas para exercerem trabalhos domésticos e sexuais. As casadas e acompanhadas por seus filhos que vinham para o Brasil ambicionando encontrar seus maridos, eram submetidas as péssimas condições do trabalho fabril, uma vez que a mão de obra de mulheres e crianças era mais barata e mais fácil de ser exploradas. Atitudes como estas colaboraram para a formação de greves e motins que reivindicavam as péssimas condições de trabalho. Essas crises periódicas que atingiam o meio industrial levavam ao desemprego e pauperismo. Estas serão as análises dos subcapítulos dois e três.

Como posto anteriormente, São Paulo foi urbanizado graças aos desdobramentos do complexo cafeeiro, que trouxe imigrantes objetivando substituir a mão de obra escravizada, e ferrovias que ligavam aos pontos importantes do estado. Também foi pontuado sobre as saídas de portugueses e o porquê de terem optado pelo Brasil. Desse modo, este subcapítulo será dividido em dois: em primeiro momento, mostraremos o estabelecimento dos imigrantes no interior paulista e em seguida, traçaremos o seu perfil.

3.1 Das águas atlânticas ao interior paulista

É um fato que a crise de 1929 e as leis da Constituição de 1934 foram obstáculos para a entrada de imigrantes no Brasil, exceto para os lusitanos, os quais adquiriram privilégios políticos. A partir disso, Elzimar Aparecida Merloti e Maria Christina Siqueira de Souza Campos fizeram uso dos documentos que referenciavam a aquisição de propriedades rural presente no Arquivo Municipal de Ribeirão Preto, dessa pesquisa escreveram o artigo “A introdução dos imigrantes portugueses para a economia de Ribeirão Preto” que auxiliará na construção dessa primeira parte do subcapítulo.

As autoras concluíram que a lógica de entrada no Brasil acompanha a da aquisição de terras, tendo como liderança os italianos, portugueses e espanhóis. Das 1748 fichas analisadas, tem-se 3,72% proprietários lusitanos, fato que se suscitou devido à quebra da bolsa de 1929, na qual contribuiu na fragmentação das fazendas e, logo, na aquisição de terras pelos imigrantes. Desse fato, podemos concluir que grande parte dos imigrantes se tornaram proprietários de pequenos lances de terra na região de Ribeirão Preto, uma vez que a proporção de entrada e de aquisição caminham juntas segundo os gráficos dispostos no artigo (CAMPOS; MERLOTI, 2002, p. 79-80)

Porém, Ribeirão Preto não foi a cidade que mais concentrou portugueses, na medida que os italianos marcaram e formularam a cultura, arquitetura e história do município. Conforme mostra Maria Izilda Santos de Matos e Oswaldo Truzzi no artigo “Colonização e fronteiras: portugueses, presença, trabalho e lutas nos interiores de São Paulo”, Campinas, São José do Rio Preto e Araraquara foram os maiores receptores dos imigrantes portugueses, marcando também sua presença em Barueri, Boa Esperança, Jundiaí, Franca, Capão Preto, Santa Esperança, São Carlos, São João da Boa Vista, Barretos, Jaboticabal, Presidente Venceslau, Marília, Araçatuba, Bauru, Atibaia, Bariri, Ibitinga, Catanduva, Pitangueiras, Pirassununga, Olímpia, Orlandia, Brotas, Brodowski, Joanópolis, Limeira, Matão, Monte Alto, Monte Azul, Piraju, Pederneiras, Santa Rita do Passa Quatro, Sertãozinho, Serra Negra, Tabapuã, Tietê, Viradouro, São João do Rio Pardo, Taquaritinga, entre outros (MATOS; TRUZZI, 2020, p.4-6).

Foi também um fato expresso no capítulo anterior que muitos imigrantes vieram subsidiados pelo governo brasileiro direcionados ao trabalho agrícola e que muitos destes fugiram de suas obrigações e se ocuparam do trabalho urbano. É interessante ponderar sobre a expressiva migração campo-cidade ocorrida neste período, influenciada pelos maus tratos, não cumprimento dos contratos, baixo salário e

Os direitos que os operários das zonas fabris ou os trabalhadores das cidades conseguiam como aposentadoria, escolas para os filhos, assistência médico-hospitalar e dentária, regime alimentar nos refeitórios das fábricas etc., inexistiam para os trabalhadores agrícolas. (CAMPOS; LUNARDELO, 2003, p. 111)

A tabela a seguir ilustra a permanência e a concentração do trabalho agrícola, sendo notável os números de imigrantes portugueses que adentraram o Brasil e a porcentagem que se ocupou com as terras, ilustrando a ideia anterior da migração campo-cidade e na fuga dos contratos dos subsídios cedidos pelo Estado.

Figura 3 - Imigrantes desembarcados em Santos, empregados na agricultura coeficiente de assentamento permanente entre 1908 e 1933

Nacionalidade	Número total de imigrantes	Número de trabalhadores agrícolas	% na agricultura	Coeficiente de permanência de trabalhadores agrícolas %
Japoneses	139.199	137.584	98,84	96,3
Espanhóis	207.326	164.306	79,25	91,3
Italianos	199.201	100.553	50,48	41,3
Portugueses	265.751	129.027	48,50	93,1

Fonte: MAURETTE *apud* STOLCKE, 1986, p. 66 *apud* MATOS; TRUZZI, 2020, p. 6.

Além de serem fazendas cafeeiras, os imigrantes – colonos como ficaram conhecidos pela história do nordeste paulista – procuravam meios se sobreviver para além da economia do café, muitos se destacaram nas plantações de bananas, visto que no interior paulista se mostrou um negócio financeiramente rentável.

3.1.1 Quem é você, português?

Para apresentar esse tópico, não ambicionamos repetir as ideias expostas no capítulo anterior. Desse modo, enfatizaremos a figura da mulher e das crianças, assim como ressaltaremos o personagem masculino quando for apropriado.

Segundo Maria Izilda Santos de Matos em “História, tradições e associativismo: Portugueses em São Paulo”, o elevado recrutamento de lusitanos se deu pela propaganda realizada pelo governo brasileiro que divulgava informações sobre as possibilidades de trabalho existentes no país (MATOS, 2019, p. 1)

A emigração portuguesa apresenta uma tendência, como já é uma ideia conhecida por nós. Os jovens solteiros em busca de uma nova carreira profissional, alfabetizados e com pecúlio ou não, povoaram as cidades paulistas, ocupando-se das atividades comerciais. Os “homens feitos”, isto é os adultos, casados e detentores de uma profissão, fixavam-se nas cidades de São Paulo e Santos, e por fazerem parte da camada que imigrou espontaneamente,

vinham sozinhos estruturar o território para a chegada da família ou a mantinha em Portugal e enviava dinheiro frequentemente. Aqueles subsidiados pelo governo, além de embarcarem com as famílias, os quais faziam parte da categoria citada no tópico anterior (os colonos do interior paulista), dirigiam-se às lavouras de café.

A saída de famílias provocou um déficit enorme no índice populacional português, uma vez que o coeficiente feminino decresceu gradualmente devido a vinda de mulheres casadas que pertenciam a categoria da “imigração familiar”.

Na primeira década do século XX a porcentagem de mulheres já alcançava mais de 25% do total de entradas e, no início da segunda, oscilou entre 35% e 40%. Assim, a imigração lusa até então caracterizada como individual, masculina e temporária, tornou-se, tendencialmente, familiar e permanente. (MATOS, 2019, p. 2)

Por anos a historiografia luso-brasileira beneficiou o estudo dos homens e de seus grandes feitos, deixando a mulher ser considerada meros sujeitos histórico atreladas a figura masculina. É fruto de nosso conhecimento que a imigração portuguesa fora composta majoritariamente por homens, deixando a cargo das mulheres o protagonismo da sociedade rural, ocupantes das funções domésticas e de chefe da família.

A imagem da tabela a seguir ilustra os predizeres anteriores, expondo a porcentagem de entrada dos imigrantes de ambos os sexos, resultando na conclusão de que havia a participação da mulher portuguesa. Talvez, ela só foi deixada “de lado”, marginalizada por décadas, pela falta de interesse da historiografia tradicional em expor sua participação na economia brasileira, uma vez que a mão de obra predominante era a masculina.

Figura 4 - Brasil, população portuguesa segundo o sexo

Ano	Homens		Mulheres		Total
	Total	%	Total	%	
1920	291.198	67%	142379	33%	433.577
1940	221.195	62%	136979	38%	358.174
1950	206.304	61%	130552	39%	336.856

Fonte - IBGE, Censos demográficos de 1920 - 1950 *apud* MELO, 2008, p. 13

Consoante ideias expostas, gostaríamos de comparar os censos demográficos de 1920 e 1940, no que diz respeito a concentração de imigrantes portugueses no território brasileiro.

Figura 5 - Portugueses segundo as unidades de federação, divididos por sexo, censo demográfico 1920

	Portugueses		Total de Estrangeiros		População Residente	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Alagoas	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	3,1%	3,3%
Amazonas	2,0%	1,3%	1,3%	0,8%	1,3%	1,1%
Bahia	0,9%	0,5%	0,9%	0,4%	10,7%	11,1%
Ceará	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	4,1%	4,5%
Distrito Federal	40,4%	38,4%	16,8%	13,1%	3,9%	3,7%
Espírito Santo	0,5%	0,3%	1,2%	1,3%	1,6%	1,5%
Goiás	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	1,7%	1,7%
Maranhão	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	2,8%	2,9%
Mato Grosso	0,4%	0,2%	1,7%	1,4%	0,9%	0,7%
Minas Gerais	4,6%	3,4%	5,8%	5,1%	19,3%	19,1%
Pará	3,9%	2,1%	1,7%	0,9%	3,3%	3,2%
Paraíba do Norte	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,0%	3,2%
Paraná	0,5%	0,3%	3,8%	4,3%	2,3%	2,2%
Pernambuco	1,3%	0,7%	0,9%	0,5%	6,8%	7,2%
Piauí	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%	2,0%
Rio de Janeiro	7,3%	5,1%	3,8%	2,5%	5,1%	5,1%
Rio Grande do Norte	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,7%	1,8%
Rio Grande do Sul	2,5%	1,5%	9,4%	10,0%	7,1%	7,1%
Santa Catarina	0,1%	0,1%	1,9%	2,2%	2,2%	2,2%
São Paulo	35,0%	45,9%	50,1%	57,2%	15,4%	14,6%
Sergipe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,5%	1,6%
Acre	0,2%	0,1%	0,3%	0,1%	0,4%	0,2%
Total	291.198	142.379	922.958	643.003	15.452.818	15.191.888

Fonte – IBGE, censo demográfico de 1920 *apud* MELO, 2008, p. 15

Figura 6 – Imigrantes portugueses e naturalizados segundo as unidades de federação, divididos por sexo, censo demográfico de 1940

	Portugueses*		Estrangeiros e Naturalizados		População Residente	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Acre	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%
Amazonas	0,9%	0,7%	0,6%	0,5%	1,1%	1,0%
Pará	1,8%	1,2%	0,9%	0,6%	2,3%	2,3%
Maranhão	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	3,0%	3,0%
Piauí	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%	2,0%
Ceará	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	5,0%	5,2%
Rio Grande do Norte	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	1,9%
Paraíba	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	3,4%	3,5%
Pernambuco	1,0%	0,5%	0,6%	0,4%	6,3%	6,7%
Alagoas	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	2,2%	2,4%
Sergipe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%	1,4%
Bahia	0,6%	0,4%	0,7%	0,4%	9,3%	9,7%
Minas Gerais	2,7%	2,0%	3,4%	3,0%	16,3%	16,3%
Espirito Santo	0,4%	0,2%	0,8%	0,8%	1,8%	1,8%
Rio de Janeiro	6,2%	4,8%	3,1%	2,3%	4,5%	4,4%
Distrito Federal	41,5%	39,2%	17,5%	14,7%	4,2%	4,3%
São Paulo	40,7%	48,4%	55,7%	60,7%	17,8%	17,0%
Paraná	1,0%	0,8%	4,6%	4,9%	3,1%	2,9%
Santa Catarina	0,1%	0,1%	1,9%	1,9%	2,9%	2,8%
Rio Grande do Sul	2,2%	1,4%	7,7%	7,9%	8,0%	8,0%
Goiás	0,1%	0,0%	0,2%	0,1%	2,0%	2,0%
Mato Grosso	0,3%	0,1%	1,7%	1,5%	1,1%	1,0%
Total do Brasil	240.138	140.187	793.276	613.292	20.614.088	20.622.227

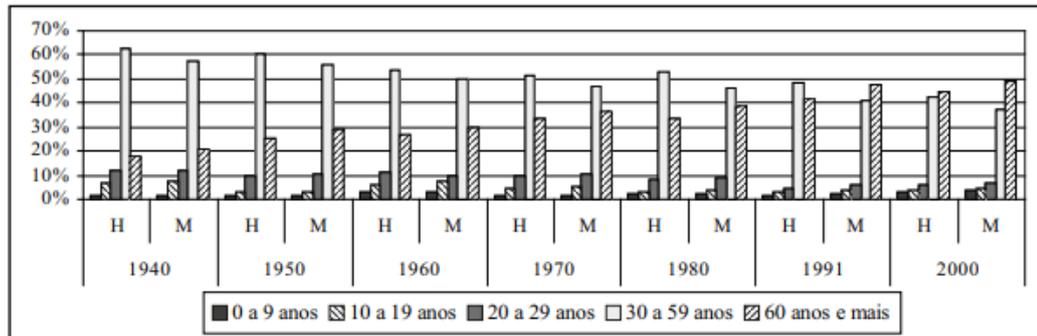
Fonte – IBGE, censo demográfico de 1940 *apud* MELO, 2008, p. 17

Nestes, observamos que a presença de portugueses e demais estrangeiros foram marcantes no antigo estado da Guanabara no Rio de Janeiro (Distrito Federal da época) e em São Paulo, que concentrou a maior porcentagem de mulheres. Mais uma vez contestando as atitudes de exclusão da figura feminina da historiografia e na escassez de fontes acerca do português.

Foi-se cogitada a ideia de inserir os censos demográficos do império realizado em 1872 e da república de 1890 e 1900 para obter uma comparação mais completa, posto que durante o século XIX, o Brasil foi transformado pelas camadas de imigrantes europeus, porém dado os problemas que tiveram em cobrir o território e tabelar as informações, não utilizamos os dados em nossa análise.

Em se tratando de crianças, encontramos uma dificuldade em expor estatísticas assertivas e exclusivas de portugueses, Hildete Pereira de Melo e Theresa Cristina de Novaes Marques mostram a parca imigração infantil, a partir da década de 1940.

Figura 7 – Estrangeiros por sexo e grupos de idade



Fonte – IBGE, Censo demográfico *apud* MARQUES; MELO, 2008, p. 5

Exposto isso, podemos observar que os censos demográficos mostraram uma grande concentração de imigrantes no estado de São Paulo no século XX, o equilíbrio do coeficiente entre os sexos, a maior concentração de adultos excluindo a imigração familiar e tornando a participação das crianças nesse processo mínima.

Em contrapartida, expomos um gráfico no Instituto Nacional de Estatística português que abarca a imigração infantil entre 1875 e 1964 em percentual. Nesse ponto de vista, consideramos crianças “pessoas menores de 14 anos de idade até 1955, após essa data, a definição de crianças passou a ser com menos de 15 anos” (KLEIN, 1989, p. 24).

Figura 8 – Idade e sexo dos imigrantes portugueses 1875 - 1964

Quinquênio	Total	Total		Crianças (*)	Razão Masculinidade Total	%
		Homens	Mulheres			
1875-79	60,666	51,070	9,596	10,052	532,2	16,6
1880-84	82,275	65,865	16,410	12,271	401,4	14,9
1885-89	90,529	69,947	20,582	16,715	339,8	18,5
1890-94	141,374	106,722	34,652	28,239	308,0	20,0
1895-99	135,624	98,275	37,349	32,940	263,1	24,3
1900-04	116,044	84,509	31,535	24,189	268,0	20,8
1905-09	191,929	147,490	44,439	35,131	331,9	18,3
1910-14	291,429	204,459	86,970	59,992	235,1	20,6
1915-19	108,281	65,797	42,484	20,360	154,9	18,8
1920-24	199,056	152,927	46,129	13,769	331,5	6,9
1925-29	167,283	128,547	38,736	9,605	331,9	5,7
1930-34	51,515	35,689	15,826	4,639	225,5	9,0
1935-39	67,707	45,534	22,173	10,309	205,4	15,2
1940-44	25,017	16,712	8,305	3,996	201,2	16,0
1945-49	56,690	37,308	19,382	8,034	192,5	14,2
1950-54	182,939	118,930	64,009	33,517	185,8	18,3
1955-59	159,241	96,139	63,102	37,078	152,4	23,3
1960-64	194,548	120,672	73,876	43,971	163,3	22,6
Total (* *) . . .	2,322,147	1,646,592	675,555	404,807	243,7	17,4

Fonte - PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística, 1966. Anuário Demográfico, p. 138. Tabela 88.

Assim sendo, os gráficos apontam a existência da imigração infantil, por mais que não tenha sido tão presente que a dos adultos do sexo masculino. Concluimos que quase 27.000 crianças fizeram parte da imigração portuguesa para o Brasil entre os anos de 1930 e 1949 (vide imagem 8) e dessa forma, as considerações de Maria Izilda Matos sobre a imigração familiar são consideradas corretas, em razão da vinda de casais e da “[...] infância, diferente do contexto contemporâneo, não era uma fase dedicada ao estudo, à socialização da criança, às brincadeiras e ao lúdico, mas voltada para o trabalho” (PASCAL, 2008, p.3).

Segundo a ótica dos casamentos, Klein (1989) avalia que por serem imigrantes de um país pobre e por existir rancores enraizados no coração brasileiro dada a nossa colonização, os portugueses sofriam preconceito e desprezo pela população, dessa forma, entre os lusitanos existiam um alto índice de endogamia - casamento entre compatriotas.

Para ilustrar, a cidade do Rio de Janeiro entre 1907 e 1916 possuía 51% dos homens portugueses casados com suas conterrâneas, ao passo que 84% das mulheres se casavam com portugueses, uma vez que a maioria já eram casadas ou possuíam pretendentes. Na cidade de São Paulo entre 1934 e 1946, 57% das mulheres imigrantes se casavam com portugueses e 32% desses homens se casavam com portuguesas, numa proporção de 180 homens para 100mulheres (KLEIN, 1989, p. 26-27).

Concluimos que os portugueses do Brasil eram o grupo que mais se estabeleceu nos centros urbanos, sendo um elemento significativo na constituição do núcleo social das grandes cidades, representando o maior grupo no Rio de Janeiro (distrito federal) e São Paulo. Suas vidas foram compartilhadas com aqueles da mesma pátria, dividindo com as futuras gerações

sua cultura e costumes que contribuíram para a formação da nossa identidade, dos nossos gostos, bairros e cidades.

3.2 Trabalho: mecanismo exploratório

Em 1934, os portugueses representavam 6% entre os fazendeiros de café, no que concerne a propriedade e produção, estavam entre os 4% e 8% de produtores de cereais, frutas e hortaliças. Os que optaram pelo trabalho urbano ocupavam 15,5% das fábricas de São Paulo, sendo que 460 fábricas/oficinas eram de suas propriedades, preenchendo o 3º lugar na escala de possuintes, perdendo apenas para os brasileiros e italianos. Suas oficinas tendiam a ser maiores com uma capacidade de produção média superior à dos italianos. Durante a 2ª Guerra Mundial, detinham a produção de têxteis e coisas do gênero, sendo que 12% da mão de obra era feminina, escolhidas pelo fator de receber menos salários que os homens (KLEIN, 1989).

Estes (os da cidade), geralmente pobres, deram origem a uma camada populacional que se ocupou de trabalhos voluntários. Criaram inúmeras instituições de caridade, que iam de associações hospitalares até sociedades literárias e bibliotecas destinadas para a classe média alta. São Paulo teve o primeiro hospital criado por portugueses em 1872, a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência que foi a mais rica e destacada sociedade de socorro e caridade, da mesma forma que criaram a sociedade de assistência médica e funerária Vasco da Gama destinada ao auxílio dos pobres (KLEIN, 1989).

A mulher portuguesa já foi documentada nessa pesquisa como substituição da mão de obra dos homens, na liderança familiar e nos meios de subsistir. Para além desse posto, embarcaram para o Brasil buscando fugir do cansaço de trabalhar nas terras e na falta de dinheiro que o ofício não provinha, além de serem atraídas pelos altos salários que os estados de São Paulo e Rio de Janeiro provinham. O trajeto era doloroso, muitas morriam e se iludiam com promessas de fazer grandes fortunas. Membros de uma sociedade machista e patriarcal, só podiam viajar com o consentimento do pai, irmão, marido ou primo, tendo tais objeções justificadas com argumentos que visavam proteger a moralidade das raparigas. Caso não houvesse tal permissão, eram constantemente vinculadas a prostituição, uma profissão predominante no Brasil (SILVA, 1986).

A infância também foi um objeto de forte exploração. No período, o trabalho era visto como uma espécie de elemento formador do caráter, capaz de prepara as crianças nas profissões artesãs, campestre e na prática da lavoura para que no futuro essas crianças tivessem um meio de vida. Como nos mostra Maria Aparecida Macedo Pascal, “particularmente no caso

das meninas, o estudo não era prioridade, pois elas deviam ocupar e desenvolver seus papéis sociais na vida doméstica ou nas atividades rurais familiares, voltadas para o mundo privado” (2008, p.3).

Tais observações conferem a ideia de que as mulheres ingressavam desde cedo no mercado de trabalho, tendo pouco tempo para frequentar a escola primária. A elite paulista optava pela doméstica portuguesa, já que eram trabalhadoras de confiança, caprichosas, higiênicas e labutadoras. Para sobreviver, empregavam suas filhas em famílias ricas, pois dessa forma elas receberiam salário, um cantinho para morar e ainda se beneficiavam da confiança dos patrões. Pascal ainda expõe a frequência de vários membros da família trabalhando em uma mesma casa, além de evitarem gastos com aluguel, eram bem quistos entre a elite paulista.

Buscando uma renda extra, lavavam e engomavam roupas para fora, além de fazer doces e salgados portugueses para serem vendidos pelos filhos menores nos parques, teatros, igrejas e etc. Mesmo com a extensa e cansativa jornada de trabalho, algumas

Dividiam com os maridos pequenos negócios, como padarias, bares e quitandas, trabalhavam como operárias, lavadeiras, costureiras, atuando em atividades completamente diferentes da terra de origem, enfrentando a jornada dupla para sobreviver. (PASCAL, 2004, p.3).

Apesar do peso que o trabalho doméstico não rendesse em greves e reivindicações equivalente ao trabalho fabril, não excluimos a possibilidade dos levantes e não generalizamos a passividade, subordinação e consentimento destas trabalhadoras.

Em “diáspora portuguesa: mulheres imigrantes portuguesas. Cotidiano e expulsão (1920 – 1940)”, Maria Izilda Matos nos mostra a situação das portuguesas fichadas pelo DEOPS. De 5371 prontuários portugueses, 237 são de mulheres sendo que destes, 32% são pedidos de autorização para o funcionamento de pensões, 15% são querelas entre proprietárias e inquilinos e 17% são referentes a infração à lei de economia popular.

As mulheres atuavam oferecendo um quarto em sua casa que era usado para servir refeições, trabalhavam em açougues, adegas, padarias e armazéns. Era um trabalho penoso, com uma jornada extensa que exigia habilidades para cativar os clientes e, ainda, suportar gracejos. Nos balcões, aceitavam as expressões do antilusitanismo, aturando caladas as recusarem pagar suas devidas, enfrentando brigas e hostilidade e denúncias injustas a polícia que construíam uma imagem do português sovino, fraudulento.

Muitas das denúncias que cercavam as portuguesas no DEOPS eram calcadas em picuinhas, dramas, transtornos mal resolvidos ou na palavra de um contra outro, como é o caso

da tecelã Rosa da Silva Espírito Santo que foi acusada, por uma colega de trabalho, de ofender Getúlio Vargas por conta dos 3% diminuídos do seu salário.

Neste período, apenas um caso fichado rendeu em expulsão. Ela, Maria Beatriz Duarte foi presa e acusada de lenocínio⁴, era portuguesa, residia há 25 anos no Brasil, mãe de uma menina menor de idade nascida nessas terras, possuía propriedade e esposa de italiano. Mesmo assim, fora expulsa do país em 1939.

Figura 9 - Registro de expulsão Maria Beatriz Duarte

N.º _____

REGISTRO DE ESTRANGEIROS
DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA,
PERMANENCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

NOME MARIA BEATRIZ DUARTE

Admitido em território nacional em caráter _____

Nacionalidade PORTUGUESA 37 ANOS

Pai MANOEL JOAQUIM DUARTE Mãe _____

Profissão _____

Carteira de identidade n.º 218.932 Registro n.º _____

Residência _____

Emprego _____ Local _____

22.8.42

Mod. 102

DELEGADO DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA,
PERMANENCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

Fonte - Memória da Polícia Civil de São Paulo

As recorrências legais deslegitimavam a atitude do governo brasileiro em expulsar Maria Beatriz do país, a exemplo do Art. 3º do Decreto Legislativo 1.641 de 07/01/1907 que reporta:

Art. 3º - Não pode ser expulso o estrangeiro que residir no território da República por dois anos contínuos, ou por menos tempo, quando:

- casado com brasileira;
- viúvo com filho brasileiro

(BRASIL, 1907)

Porém, a Constituição de 1934 formulava sobre os Direitos e Garantias Individuais no artigo 113, garantindo “a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade”. Em contrapartida, cedia ao Executivo a capacidade de expulsar do Brasil os estrangeiros perigosos à ordem pública ou prejudiciais aos interesses do território.

⁴ Entende-se como lenocínio toda ação que explora, favorece, estimula ou promove a prática da prostituição ou indução de alguém à prática.

Entre as várias outras medidas, o Decreto-lei n. 392, de 27 de abril de 1938 destacava que o estrangeiro poderia ser expulso independentemente do período de residência no Brasil, podendo o banimento ocorrer, por qualquer motivo, que comprometesse a segurança nacional, a estrutura das instituições ou a tranquilidade pública e também quando condenado por crime político.

Poucos mais de um mês depois, o Decreto-lei n. 479, de 8 de junho de 1938, restringia o direito de expulsão, tendo como foco o aspecto da residência – mais de 25 anos ou ter filhos brasileiros vivos. (MATOS, 2011, p. 202)

A expulsão dos imigrantes, no Estado Novo varguista, passou a ter legalidade plena, exprimindo-se na limpeza das grandes cidades, o que solidificava o extenso poder policial evidente desde a utilização da expulsão como instrumento político sistemático, até então alvo de tantas contestações (MENEZES, 1996, p. 217).

Para os casos de prostituição, as ações buscavam normalizar, prevenir, punir e regulamentar o comércio sexual, para que assim pudessem proteger a família, a moral e os bons costumes. Maria Beatriz se encaixava em todos os tópicos para não ser expulsa do Brasil, porém, existindo em uma sociedade machista e patriarcal em conjunto com as políticas nacionalistas de Vargas, foi considerada um elemento pernicioso, nocivo, sendo sua expulsão necessária como uma mediada de higiene social.

3.3 Avante camaradas: ação, trabalho e luta

Cerrem os punhos, companheiros
 Já vai tombando a muralha
 Libertemos sem demora
 Os companheiros da masmorra
 Heróis supremos da batalha⁵

Para o Estado de Vargas, a sociedade brasileira estava sob a égide de um constante processo. Dois lados antagônicos lutavam entre si: a elite que protegia a sociedade e as classes promotoras de greves, lutas, resistência e reivindicações de seus direitos trabalhistas.

Nesse “cabo de guerra”, foi necessário criar uma estrutura de dominação, cujo agente disciplinador foi a polícia. Ela foi um dos alicerces na construção do Estado-nação no Brasil, que, a partir da tríade ordenação, racionalização e exclusão, construiu um modelo dominador e controlador das tensões sociais. (LEITÃO, 2010, p. 80)

Já havíamos ponderado sobre a criação do DEOPS como um mecanismo de promoção da segurança interna do país, responsável por silenciar a classe perigosa, oposta ao governo, que tirava o sossego dos cidadãos de bem do Brasil. No período tratado e na questão específica dos meio político e econômico, observamos que o governo brasileiro teve a

⁵ Trecho da música “Avante Camarada” da banda punk brasileira Garotos Podres.

necessidade de criação da nova ideologia do trabalho com personagens pertencentes a categoria do indivíduo honesto, trabalhador, digno de respeito e engrandecimento. Em combate aos destoantes, criou-se a polícia política que controlava os corpos e as ideias (LEITÃO, 2010, p. 84-85).

[...] O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. [...] A disciplina “fábrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo com objetos e como instrumentos de seu exercício. (FOUCAULT, 2008, p. 143)

Getúlio Vargas, como um bom ditador pertencentes ao período totalitário da época, tinha uma grande simpatia pelo fascismo. Apesar desse fato, era bastante querido pela população brasileira, ganhando a alcunha de pai dos pobres (e mãe dos ricos), líder ardiloso lembrado e reverenciado até os dias atuais pela história. Getúlio fez seu nome em cima de práticas repressivas e com o carisma paternalista, fato recorrente das ditaduras latinas. Assim sendo, o medo do comunismo se alastrar pelo país fez com que este fosse eleito o inimigo número um, um mal que tinha a necessidade de ser combatido o mais rápido possível (LEITÃO, 2010, p. 90).

[...] Todos os chefes da Polícia do Distrito Federal, de Batista Luzardo até Filinto Müller – com exceção de João Alberto –, para falarmos até 1937, perseguem ferozmente o movimento operário, principalmente os comunistas. A tortura física e as arbitrariedades tornam-se costumeiras; a expulsão de líderes operários é frequente, tanto de estrangeiros como de nacionais, [...]. (CARONE, 1988, p. 120-121)

O medo foi difundido entre a população pelas propagandas governamentais que temiam pela transformação do Brasil em um polo comunista da América Latina, patrocinado por Moscou. Enquanto isso, os imigrantes com seus ideais de trabalho trazidos da Europa eram constantemente perseguidos, expulsos ou, estranhamente, desapareciam aos olhos da sociedade brasileira.

Dentre todos os inimigos construídos pelo Estado, os comunistas foram os que mais impulsionaram a ação da polícia, mais justificaram sua existência e mais fortemente serviram à associação mítica coletiva de sua ideologia como obra do demônio. (CANCELLI, 1993, p. 79- 80)

Andando alguns anos passados pela história mundial, a 1ª Grande Guerra bloqueou o fluxo migratório e diminuiu a demanda de mão de obra operária, contribuindo para o surgimento de grupos de cunho anarquista e, posteriormente na década de 1920, o comunismo. Baseando-se nas péssimas condições salariais e de trabalho, suas ações induziram nas greves,

demissões, repressões e afrontas dos patrões e autoridades. Os movimentos operários, juntamente com a mídia da época, são fatores importantes que iam a favor da defesa das condições dos trabalhadores paulistas. São os cabeças na luta contra o patronato e os poderes estabelecidos (LEITÃO; MATOS, 2011, p. 117).

Segundo Boris Fausto (1976), esses movimentos eram compostos por estrangeiros e seus descendentes. De início, os imigrantes eram vistos como progresso para o país, mas com as lutas e resistências passaram a ser vistos pelo patronato e elite com temor, por conta da força que suas ações estavam adquirindo. Os movimentos anarquistas e comunistas difundiam seus ideais através da imprensa, organizavam ações de luta, sendo considerados causadores da instabilidade e desordem social.

Ainda utilizando Fausto, os portugueses foram considerados pelos pesquisadores como furadores de greves, alienados, pelegos, mansos e pouco participantes da luta política paulista. Nessa perspectiva, Maria Izilda Matos (1993) nos mostra ao analisar as listas dos sublevadores da ordem do DEOPS que existiam reclamações feitas por portugueses sobre os atrasos salariais, retenção pessoal, multas e acidentes de trabalho. Apesar das dificuldades, lutavam em prol da resistência coletiva como forma de protesto contra as autoridades.

Matos (2002) pondera que a presença portuguesa nas greves pode ser observada desde o início do século XX. Através dos meios jornalísticos eles reivindicavam as reduções da carga horária de trabalho para 8 horas, abolição das multas e melhora de salários. Desse modo, as manifestações não estavam limitadas somente as greves, lutas ou associações⁶, mas também nas listas dos patronatos que, em sua maioria, continha nome de trabalhadores lusitanos. Muitos destes forma classificados pelo DEOPS como comunistas, subversivos, agitadores, anarquistas, grevistas, partidários do Eixo, além de serem indiciados por crimes contra a economia popular que seria:

I - destruir ou inutilizar, intencionalmente e sem autorização legal, com o fim de determinar alta de preços, em proveito próprio ou de terceiro, matérias primas ou produtos necessários ao consumo do povo;

II - abandonar ou fazer abandonar lavouras ou plantações, suspender ou fazer suspender a atividade de fábricas, usinas ou quaisquer estabelecimentos de produção, ou meios de transporte, mediante indenização paga pela desistência da competição;

III - promover ou participar de consórcio, convênio, ajuste, aliança ou fusão de capitais, com o fim de impedir ou dificultar, para o efeito de aumento arbitrário de lucros, a concorrência em matéria de produção, transporte ou comércio;

IV - reter ou açambarcar matérias primas, meios de produção ou produtos necessários ao consumo do povo, com o fim de dominar o mercado em qualquer ponto do país e provocar a alta dos preços;

⁶ A filantropia portuguesa foi marcante no estado de São Paulo com associações médico hospitalares, econômicas, desportivas, culturais e políticas proporcionadas pela elite portuguesa. No entanto, a moradia nos cortiços permitiu o surgimento de associações/grupos de auxílio de caráter religioso, social, político e sindical (LEITÃO, 2019).

V - vender mercadorias abaixo do preço de custo com o fim de impedir a concorrência;

VI - provocar a alta ou baixa de preços, títulos públicos, valores ou salários por meio de notícias falsas, operações fictícias ou qualquer outro artifício;

VII - dar indicações ou fazer afirmações falsas em prospectos ou anúncios, para o fim de subscrição, compra ou venda de títulos, ações ou quotas;

VIII - exercer funções de direção, administração ou gerência de mais de uma empresa ou sociedade do mesmo ramo de indústria ou comércio com o fim de impedir ou dificultar a concorrência;

IX - gerir fraudulentamente ou temerariamente bancos ou estabelecimentos bancários, ou de capitalização; sociedades de seguros, pecúlios ou pensões vitalícias; sociedades para empréstimos ou financiamento de construções e de vendas de imóveis a prestações, com ou sem sorteio ou preferência por meio de pontos ou quotas; caixas econômicas; caixas Raiffeisen; caixas mútuas, de beneficência, socorros ou empréstimos; caixas de pecúlio, pensão e aposentadoria; caixas construtoras; cooperativas; sociedades de economia coletiva, levando-as à falência ou à insolvência, ou não cumprindo qualquer das cláusulas contratuais com prejuízo dos interessados;

X - fraudar de qualquer modo escriturações, lançamentos, registros, relatórios, pareceres e outras informações devidas a sócios de sociedades civis ou comerciais, em que o capital seja fracionado em ações ou quotas de valor nominativo igual ou inferior a 1:000\$000, com o fim de sonegar lucros, dividendos, percentagens, rateios ou bonificações, ou de desfalcar ou desviar fundos de reserva ou reservas técnicas (BRASIL, 1938).

As nuances que repercutiam dentro da política brasileira levado pelo medo da implantação do comunismo no Brasil, ascendeu na criação de dois partidos que se opunham: a Aliança Nacional Libertadora (ANL – 1934), pertencentes aos tenentes e classe média opositora ao governo Vargas e o Tribunal de Segurança Nacional (TSN – 1936), criado a partir da lei nº 244, de 11 de setembro e implantando como órgão da Justiça Militar de cunho fascista. A ANL possuía colaboradores portugueses, como Antônio Candeias Duarte que chegou ao Brasil em 1891 e fora preso algumas vezes pelo DEOPS dados suas atividades ilícitas de greve, comunismo e anarquismo, além de ser produtor e organizador de livros e jornais de esquerda.

Participou da fundação de um Partido Comunista de feição anarquista no Rio de Janeiro, em 1919, e no mesmo ano o organizou em São Paulo. Até 1919, Antônio Candeias Duarte foi partidário do anarquismo. Depois se converteu ao marxismo, aderindo francamente ao Partido Comunista, mantendo uma atividade, em parte de expectativa, depois, por ocasião do triunfo da Revolução de Outubro, concorrendo com dinheiro e literatura saída de sua pena para a vitória de sua causa (LEITÃO; MATOS, 2011, p. 124)

Figura 10 – Foto 3x4 Antônio Candeias Duarte



Fonte - Prontuário da Delegacia de Ordem Social, Antônio Candeias Duarte, nº 61. APESP

Seguindo essa linha de pensamentos, também foi um colaborador da ANL o português Aureliano Henriques. Motorista, líder sindical, foi considerado um sublevador comunista, preso em 1935 e expulso em 1936.

Aureliano gozava de grande prestígio na sua categoria; em 1935, foi incumbido pela Confederação de organizar um plano que levasse a greve dos motoristas, em protesto ao fechamento da ANL. Durante interrogatório, fora acusado de ser “um pernicioso líder que vem agitando a classe dos *chauffeurs* desta capital”, fato que não negou, pois “confessa que há cinco anos vem mantendo atividades como agitador de classe”. (LEITÃO; MATOS, 2011, p. 124)

Figura 11 – Ficha no DEOPS do português Aureliano Henriques



Fonte - Arquivo Público do Estado de São Paulo - Aureliano Henriques (prontuário nº 477 – DEOPS).

Para além dos confins da ANL, outro movimento partidário tirou o sono das elites estaduais e do governo brasileiro. Estamos trazendo à tona o PCB – Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922. Este, causou caos em meio a nação conservadora, lembrando a Intentona Comunista de 1935 que culminou no aumento do número de prisões e da censura no

país. A prisão de Luís Carlos Prestes e Olga Benário colocou o PCB no âmbito clandestino, dificultando suas lutas e ações políticas (LEITÃO, 2010).

No mesmo ano, a insatisfação do operariado brasileiro com o governo de Getúlio em conjunto com as tentativas de resolver a questão social do país, rebelou um meio de controle dos levantes trabalhistas, criando a Lei de Segurança Nacional que dava mais poder as autoridades para perseguir e prender os manifestantes e as ações sindicais. Sendo ela uma “[...] forma dos governantes interferirem na organização dos sindicatos e retirarem dos trabalhadores a liberdade que eles tinham para se organizarem e lutarem por seus direitos” (MOURELLE, 2018).

A Lei Monstro, nome dado pelos trabalhadores à LSN, foi sancionada por Getúlio Vargas em 4 de abril de 1935 e revogava as liberdades garantidas pela Constituição de 1934, opunha o veto a organização de associações ou partidos com o objetivo de subverter a ordem política ou social, impedia a circulação de livros, panfletos e quaisquer publicações consideradas subversivas. Assim sendo, sindicatos e associações profissionais eram fechados, estrangeiros e naturalizados poderiam ter sua cidadania cassada e serem expulsos do país. Da mesma forma que a Lei permitia a cassação de patentes das forças armadas, como foi o caso de Luís Carlos Prestes e Carlos Lamarca. A Lei de Segurança Nacional evidencia o autoritarismo de Vargas da maneira mais explícita possível (HECKER, 2008).

Os partidários contra o regime varguista, principalmente o PCB, propuseram-se contra a LSN, vide documento a seguir com referida transcrição.

Figura 12 - Panfleto do PCB contra a Lei de Segurança Nacional (Lei Monstro), fevereiro de 1935

Ad. Cont. Ferraz
 16.7.35

Doc. No. 156
 COM. N.º 1110
 DATA

Doc. No. 100
 Exempt. No. 100

PROLETÁRIOS das CIDADES e das CAMBAS!
Soldados e Marinheiros!
POVO OPRIMIDO de S. PAULO!
IDE "IPE" CONTRA A "LEI MONSTRO"!

No país inteiro, o proletariado e as massas populares manifestam vigorosamente seu protesto contra o infame projeto de "Lei de Segurança Nacional". É que se trata da segurança das negociatas dos ricos estrangeiros e nacionais, segurança possível unicamente à custa da miséria e do esmorecimento de todo o povo laborioso. É que a "Lei Monstro" constitui a legalização de um regime inaudito de crimes e violências. É que a "Lei Monstro" anula o direito de greve, sob pena de fechamento, os Sindicatos são impedidos de sustentar as reivindicações operárias. É suprimida a liberdade de reunião, associação e imprensa para o proletariado e as massas populares. A estabilidade dos funcionários públicos e militares é aniquilada. Os trabalhadores estrangeiros são entregues ao arbítrio das deportações. E a todo aquele que queira levantar sua voz de protesto contra tamanha arbitrariedade, a justiça de classe do regime dominante fica encarregada de castigar com anos de cadeia e martírio.

Daí as greves políticas e o movimento de protesto do proletariado e do povo de Santos, S. Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, etc., greves e movimentos dirigidos diretamente contra o governo, a Câmara dos Deputados, a máquina policial judiciária, contra todo esse regime manejado pelos magnatas estrangeiros e nacionais, com o sacrifício dos interesses do povo.

Premido pelo protesto de massas o governo viu-se obrigado a manobrar, a "passar por cima nos olhos do povo", tentando fazer aprovar o mesmo monstruoso projeto Vicente Rêo, apenas de novo batizado com o nome do miserável plutocrata paulista Henrique Bayma. As emendas da "oposição" feudal-burguesa, apresentadas por outro reacionário paulista, inimigo dos trabalhadores de nome Covello, unicamente protege os empreiteiros de conspiratas e golpes amados reacionários, ao mesmo tempo que provam a fronteira única entre o governo e a oposição, quando se trata de oprimir o povo e reprimir suas lutas reivindicadoras!

Já forçamos o governo a manobrar. Para não dificultar a situação dos seus patrões, já os chefes integralistas abandonaram a demagogia aderindo à "Lei Monstro", achando que ela representa um pedaço de integralismo. Pois é a hora de continuarmos a contra-atacar. O proletariado e as massas populares podem obrigar o governo abandonar os seus planos monstruosos de terror e opressão, desencadeando greves e ações de protesto, cada vez mais amplas e vigorosas. Precisamos manifestar mais eficientemente nossa repulsa à "Lei Monstro", que não concordamos e não queremos, embora apresentada de forma diferente!

PROLETÁRIOS e CAMPESESSES ! SOLDADOS E MARINHEIROS ! INTELLECTUAIS e ESTUDANTES POBRES ! POVO OPRIMIDO ! HOMENS DE CONSCIÊNCIA LIVRE !

Mobilizemos todas as energias, levando a todos os cantos do Estado a luta popular contra a onda de terror e violências, em defesa das liberdades democráticas! Em cada clube, associação, sindicato ou centro, assembléas de protesto! Enviemos à Câmara dos Deputados noções de protesto contra o infame atentado às liberdades do povo! Em toda a parte comícios de protesto!...

IDE "IPE" CONTRA A "LEI MONSTRO"!

O Comitê Regional de S. Paulo do PARTIDO COMUNISTA do BRASIL
 (Secção de I. O.) Fevereiro de 1935.

No país inteiro, o proletariado e as massas populares manifestam vigorosamente seu protesto contra o infame projeto de “Lei de Segurança Nacional. É que se trata da segurança dos negociatas, dos ricos estrangeiros e nacionais, segurança possível unicamente à custa da miséria e do esfoameamento de todo o povo laborioso. É que a “Lei Monstro” constitui a legalização de um regime inaudito de crimes e violências. E que a “Lei Monstro” anula o direito de greve, Sob a pena de fechamento, os Sindicatos são impedidos de sustentar as reivindicações operárias. E suprimida a liberdade de reunião, associação e imprensa para o proletariado e as massas populares. A estabilidade dos funcionários públicos e militares é aniquilada. Os trabalhadores estrangeiros são entregues ao arbítrio das deportações. E a todo aquele que queira levantar sua voz de protesto contra tamanha arbitrariedade, a justiça de classe do regime dominante fica encarregada de castigar com anos de cadeia e martírio.

[...]

Premido pelo protesto de massas o governo viu-se obrigado a manobrar, a “passar poeira nos olhos do povo”, tentando fazer aprovar o mesmo monstruoso projeto Vicente Rao, apenas de novo batizado com o nome de miserável plutocrata paulista Henrique Bayma. As emendas da “oposição” feudal-burguesa, apresentadas por outro reacionário paulista, inimigo dos trabalhadores de nome Covello, unicamente protege os empreiteiros de conspiratas e golpes armados reacionários, ao mesmo tempo que provam a frente-única entre o governo e a oposição, quando se trata de oprimir o povo e reprimir suas lutas reivindicadoras!

[...]

No manifesto, observamos o grito de socorro clamado pelo PCB, englobando os imigrantes e naturalizados que foram sucumbidos a exportação, quando não clementes ao regime de Vargas, legitimado pela LSN. Também observamos a denúncia de alguns nomes como Vicente Rao, Ministro da Justiça entre 1934 e 1937, Henrique Bayma, membro da Constituinte de 1934 e Governador de São Paulo até 1937 e o jornalista e deputado federal entre 1935 e 1937, Antônio Augusto Covello. A tríade participou do golpe que destituiu Washington Luís e elevou Getúlio Vargas ao poder do governo brasileiro, além de ter participação ativa na Constituinte de 1932.

Além de zelar pelos bons costumes da sociedade, o DEOPS vigiava os estrangeiros e se encarregava de

[...] buscar indícios de crimes de opinião [...]; fiscalizar a moralidade [...]; zelar pelos bons costumes; reprimir a venda de tóxicos; reprimir o exercício da prostituição e o lenocínio; reprimir o anarquismo e observar operários; e cuidar do processo de entrada de estrangeiros. (HECKER, 2008, p. 385-386)

Apesar de os portugueses não terem suas atividades tão relacionadas à subversão, tal qual os italianos do período, Alfredo Moreno Leitão (2019) nos mostra que “[...] um dos seguimentos documentais produzidos pelo Arquivo Geral do Departamento, onde constam, aproximadamente, seis mil portugueses “*prontuariados*” entre 1924 e 1983, período de vigência do órgão” (p. 89). Além dos casos expostos acima de portugueses fichados por militância pró ANL, Leitão consta em seu doutorado que de 5371 prontuários, 180 eram identificados como comunistas, destes 13 foram expulsos do Brasil entre 1930 e 1940.

Nos preocupamos em trazer para esse trabalho quem eram esses portugueses, pois os consideramos figuras históricas e necessárias para a construção da sociedade brasileira, responsáveis, indiretamente, pelas políticas varguistas e construtores dessa pesquisa. Cá estão eles: Abílio José Neves, acusado de atividades anarquistas, foi preso e expulso em 1936; António Araújo Luiz Ribeiro, por discutir teorias anarquistas, foi preso em 1934 e expulso no mesmo ano; António Cláudio, foi preso por atividades comunistas em 1935 e expulso em 1936; António da Costa, foi indiciado por atividade comunista, acusado de instaurar um polo do PCB em sua casa e por pertencer a ANL de Santos, foi preso e expulso em 1936; António Duarte, preso em 1934 acusado de comunismo e expulso em 1936, voltou e viveu clandestinamente no Brasil, até ser preso em 1941 tendo seu decreto de expulsão revogado até 1945; António Fernandes Martins, foi filiado ao Sindicato, a ANL e ao PCB, acusado de propaganda subversiva foi preso em 1936 e expulso no mesmo ano; António Joaquim Calhau, filiado ao Sindicato, foi acusado de atividades comunistas, preso em 1936 e expulso no mesmo ano; Aureliano Henriques (já indicado anteriormente); Cypriano da Cruz Affonso, conhecido como agitador comunista pela polícia desde 1932, foi expulso em 1936, retornando clandestinamente em 1946 e envolvendo-se em atividades comunistas, teve seu rastro perdido pela polícia; Eduardo Basílio, foi membro de Sindicato, participante ativo nas greves, foi preso em 1935 e expulso em 1936, por não possuir documentos que comprovassem sua naturalidade lusitana, foi encaminhado para territórios uruguaios em 1939; Francisco Augusto Neves, irmão de Abílio José das Neves, era militante anarquista e escritor, pertencia ao Sindicato e ao operariado paulista, ficou preso entre 1929 e 1933, tendo sua expulsão decretada em 1936; José da Silva Carvalho, acusado de comunismo foi preso e expulso em 1936; Theotônio Ribeiro, foi preso em 1936 acusado de subversão comunista e expulso em 1937. Todos residentes no estado de São Paulo.

Na esfera portuguesa, o cerco se fechava para os opositores do Governo Salazarista. Para evitar o exílio na França ou Espanha, decidiram procurar guarita em sua antiga colônia que clamava por braços brancos para enriquecer a nação. Nesse período, a fuga do salazarismo repercutia em toda a família do exilado. Esposas e filhos eram controlados, passavam por dificuldades e tinham suas liberdades cerceadas pela PIDE.

O imigrante perseguido detinha um grau de instrução profissional maior, sendo mais fácil a inserção no mercado de trabalho e na sociedade. Muitos eram pesquisadores, catedráticos das universidades portuguesas, porém existia uma parcela que encerrou suas atividades acadêmicas nas universidades brasileiras, trazendo e adquirindo novos

conhecimentos, formulando pensamentos novos, criando novas utilidades no mercado de trabalho e nos meios sociais (LEITÃO, 2019).

Ressaltamos que, conforme exposição no capítulo anterior, os imigrantes procuravam o Brasil como uma tentativa de melhorar de vida dado os problemas agrícolas e econômicos. A polícia política e a elite paulista se preocupava em encontrar culpados para os problemas econômicos que o estado passava. Os movimentos que os expulsos faziam parte, utilizavam dos meios propagandísticos e das ideias trazidas consigo da Europa para o Brasil para reivindicar seus direitos e delatar as injustiças sofridas em meio ao caos do trabalho fabril. Em nenhum momento ambicionavam a desestrutura de uma sociedade já desestruturada antes de sua chegada. Vinham jovens, deixavam suas famílias e encontraram nos movimentos a igualdade na busca por seus direitos trabalhistas. Por mais que Vargas seja iluminado pela historiografia trabalhista e memória coletiva daqueles que viveram nesse período pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, suas mãos estão manchadas pelo sangue daqueles que lapidaram o Brasil. A identidade brasileira foi construída também em cima de seus suores e os imigrantes que, tão logo chegavam, já sofriam com a realidade muito além da propaganda que representava o Brasil, como uma “árvore de patacas”⁷ foi resumida em uma carta de expulsão.

⁷ Árvore das patacas no sentido figurado se remete a quantidade de riquezas e de melhora de vida que o Brasil representava. Histórias de portugueses que construíram grandes fortunas nessas terras, proporcionavam um ideal imaginário de que o Brasil era uma terra de grandes oportunidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imigração portuguesa para o Brasil foi uma fuga da miséria vivida em Portugal, dados os poucos incentivos econômicos cedidos pela ditadura salazarista. O Brasil se constituiu para além de sua antiga colônia como uma fonte de riquezas que garantiria sua melhora de vida e ascensão social.

Todas as dificuldades enfrentadas em sua chegada foram transformadas em esperanças de um futuro melhor. Seus ideários trazidos da Europa culminaram num levante entre indivíduos em iguais situação e na decepção do governo brasileiro que abriu as portas para o imigrante português, subsidiou sua vinda e protegeu aqueles perseguidos pelo governo de Oliveira Salazar.

As querelas dos meios de trabalho urbano, acenderam a necessidade de reivindicação dos seus direitos, propagando greves e levantes fabris e resultando em prisões e perseguições pela polícia política paulista.

O objetivo da monografia foi resgatar nossos pais fundadores, os portugueses, em uma outra perspectiva, além da colonização, como membros ativos do processo imigratório. Por mais que a imigração lusitana tenha caído drasticamente entre os anos da Primeira Guerra Mundial, ela nunca cessou. E por mais que a vinda não fosse tão relevante quanto a de outros imigrantes europeus, identificamos que os que já estavam estabelecidos no Brasil ou conquistaram seu pedacinho de terra no interior paulista, ou foram explorados pelo trabalho urbano e doméstico, além de terem enfrentado preconceitos remanescentes de mágoas sobre a época dos governadores portugueses no Brasil.

Concluimos nossa pesquisa com a poesia Trova do vento que passa, do português Manuel Alegre, transposta em música por Adriano Correia de Oliveira. Nela, observamos a perspectiva daqueles que ficam para com aqueles que partem.

Pergunto ao vento que passa
notícias do meu país
e o vento cala a desgraça
o vento nada me diz.

Pergunto aos rios que levam
tanto sonho à flor das águas
e os rios não me sossegam
levam sonhos deixam mágoas.

Levam sonhos deixam mágoas
ai rios do meu país
minha pátria à flor das águas
para onde vais? Ninguém diz.

Se o verde trevo desfolhas
pede notícias e diz
ao trevo de quatro folhas
que morro por meu país.

Pergunto à gente que passa
por que vai de olhos no chão.
Silêncio -- é tudo o que tem
quem vive na servidão.

Vi florir os verdes ramos
direitos e ao céu voltados.
E a quem gosta de ter amos
vi sempre os ombros curvados.

E o vento não me diz nada
ninguém diz nada de novo.
Vi minha pátria pregada
nos braços em cruz do povo.

Vi minha pátria na margem
dos rios que vão pró mar
como quem ama a viagem
mas tem sempre de ficar.

Vi navios a partir
(minha pátria à flor das águas)
vi minha pátria florir
(verdes folhas verdes mágoas).

Há quem te queira ignorada
e fale pátria em teu nome.
Eu vi-te crucificada
nos braços negros da fome.

E o vento não me diz nada
só o silêncio persiste.
Vi minha pátria parada
à beira de um rio triste.

Ninguém diz nada de novo
se notícias vou pedindo
nas mãos vazias do povo
vi minha pátria florindo.

E a noite cresce por dentro
dos homens do meu país.
Peço notícias ao vento
e o vento nada me diz.

Quatro folhas tem o trevo
liberdade quatro sílabas.
Não sabem ler é verdade
aqueles pra quem eu escrevo.

Mas há sempre uma candeia
dentro da própria desgraça
há sempre alguém que semeia
canções no vento que passa.

Mesmo na noite mais triste
em tempo de servidão
há sempre alguém que resiste
há sempre alguém que diz não (ALEGRE, 1963)

REFERÊNCIAS

- ALVES, Jorge Fernandes. Terra de Esperanças: o Brasil na emigração portuguesa. *In: PORTUGAL E BRASIL – ENCONTROS, DESENCONTROS, REENCONTROS*, 7., 2001, Cascais. **VII Cursos Internacionais**. Cascais: Câmara Municipal, 2001. p. 113-128. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9305/2/000064764.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2022.
- APESP. **Prontuário da Delegacia de Ordem Social, Antônio Candeias Duarte**, São Paulo: APESP, 1935. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/22197>. Acesso em: 10 set. 2022.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Os portugueses no Brasil, de colonos a imigrantes: reflexões teóricas. *In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lúcia Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUZA, Fernando de. De colonos a imigrantes: I(e)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013. p. 13-20.
- BASSANEZI, Maria; SCOTT, Ana; BACELLAR, Carlos; TRUZZI, Oswaldo. **Atlas da Imigração Internacional em São Paulo 1850-1950**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- BRASIL. [Constituição de 1934] **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Rio de Janeiro: Assembléia Nacional Constituinte, 16 jul. 1934.
- BRASIL. Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907. Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. **Diário Oficial [da República dos Estados Unidos do Brasil]**, Rio de Janeiro, p. 194, 09 jan. 1907.
- BRASIL. Decreto-lei nº 392, de 27 de abril de 1938. Regula a expulsão de estrangeiros. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, p. 8.324, 04 maio 1938.
- BRASIL. Decreto-lei nº 869, de 18 de novembro de 1938. Define os crimes contra a economia popular sua guarda e seu emprego. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, p. 23.163, 21 nov. 1938.
- BRASIL. Decreto-lei nº 3.175, de 7 de abril de 1941. Restringe a imigração e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, p. 7.123, 09 abr. 1941.
- BOSCHILIA, Roseli. As mulheres imigrantes portuguesas sob o véu da invisibilidade: um balanço historiográfico. *In: BENEDUZI, Luis Fernando; DADALTO, Maria Cristina. Mobilidade urbana e circularidade de ideias: diálogos entre a América Latina e a Europa*. Veneza: Edizioni Ca' Foscari - Digital Publishing, 2017. p. 41-54. Disponível em: <https://edizionicafoscari.unive.it/media/pdf/books/978-88-6969-123-2/978-88-6969-123-2-ch-03.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2022.
- BUENO, Alexandre. Marcelo. Língua, imigração e identidade nacional: análise de um discurso a respeito da imigração no Brasil da Era Vargas. **Estudos Semióticos**, [s.l.], v. 9, n.2, p. 35-43, 2013. DOI: 10.11606/issn.1980-4016.esse.2013.69531. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/69531>. Acesso em: 11 out. 2022.
- CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; LUNARDELO, Paulo Henrique. Portugueses no meio rural paulista (1900-1950). **História Oral**, [s.l.], v. 6, p. 107-131, 24 jul. 2009. DOI:

<http://dx.doi.org/10.51880/ho.v6i0.68>. Disponível em:
<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/68/60>. Acesso em: 9 jul. 2022.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia da era Vargas. Brasília: Editora Universidade de Brasília (UnB), 1993.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis: A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, São Paulo, 2014. Disponível em:
<https://jornal.usp.br/revistausp/revista-usp-119-textos-8-imigrantes-indesejaveis-a-ideologia-do-etiquetamento-durante-a-era-vargas/>. Acesso em: 24 maio 2022.

CARONE, Edgar. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1976.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GRANGEIA, Mario Luis. Memórias e direitos na imigração portuguesa no Brasil do século XX. **História (São Paulo)**, [s.l.], v. 36, n. 16, p. 1-20, 30 out. 2017. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920170000000016>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/his/a/wMS35KtkTj6YtxJwb7DP6fB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.

HECKER, Frederico Alexandre M. Políticas e polícias autoritárias, tanto lá como cá. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando; HECKER, Alexandre (org.). **Deslocamentos e Histórias**: os portugueses. Bauru: Edusc, 2008. p. 381-390.

KLEIN, Hebert. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no século XX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s.l.], v. 6, n. 2, p. 17 – 37, 1989. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/view/555/pdf_529 . Acesso em 5 mar. 2022.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal**. O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil, 1941-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LEITÃO, Alfredo Moreno. **Lutar é preciso**: exílios, resistências e tensões. portugueses antissalazaristas em São Paulo (1945 - 1974). 2019. 235 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2019. Disponível em:
<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/22197>. Acesso em: 25 set. 2022.

LEITÃO, Alfredo Moreno. **Nem todos eram mansos**: o imigrante português nas lutas operárias em São Paulo (1930-1940). 2010. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010. Disponível em:
<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/12618>. Acesso em 25 set. 2022.

LEITÃO, Alfredo Moreno; MATOS, Maria Izilda Santos de. Portugueses em São Paulo: trabalho e ação política. **Dimensões**, Espírito Santo, p. 113-135, jun./out. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2564/2060>. Acesso em 5 mar. 2022.

LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855 - 1914). In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América**: a imigração em massa para a América Latina. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 177 – 200.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: Unesp, 2015.

LOBO, Eulália Maria Lemeyer. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. **Imigrantes portugueses no Brasil a partir dos recenseamentos populacionais do século XX**: um estudo exploratório de gênero. **Revista Gênero**, Aracaju, VOLUME NUMERO P I P F2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30954/18043>. Acesso em 10 set. 2022.

MATOS, Maria Izilda Santos de. A diáspora portuguesa: mulheres imigrantes portuguesas. Cotidiano e expulsão. São paulo (1920-1940). **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [s. l.], v. 42, p. 185-211, 6 jun. 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/7986>. Acesso em: 24 abr. 2022.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Além mar: entre o lar e o balcão. Portugueses em São Paulo. In: ANAIS DO SEGUNDO COLÓQUIO PPRLB-RELAÇÕES LUSO- BRASILEIRAS, 2., 2009, Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica de História Social da Cidade**. São Paulo: Cidades: Processo Migratórios e Imigratórios, 2012. p. 1-18. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/9517/7066>. Acesso em: 5 mar. 2022.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura**. São Paulo: EDUSC, 2002.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **A Emigração-Imigração Portuguesa nos séculos XIX-XX**. Lisboa: Fragmentos, 1993.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Histórias, tradições e associativismo: portugueses em São Paulo. In: 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. **ANPUH**. Recife: Anpuh, 2019. p. 1-11. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1552698032_ARQUIVO_izildamatos.pdf. Acesso em: 5 mar. 2022.

MATOS, Maria Izilda; MENEZES, Lená Medeiros de. **Gênero e imigração**: mulheres portuguesas em foco. São Paulo: E@Manuscrito, 2017.

MATOS, Maria Izilda; MENEZES, Lená Medeiros de. **Portugueses**: ações e lutas políticas. São Paulo: Verona editores, 2015.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Portugueses**: deslocamentos, experiências e cotidiano: São Paulo, séculos XIX e XX. Bauru: EDUSC, 2013.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Portugueses e experiências políticas: a luta e o pão. São Paulo, 1870-1945. **História**. São Paulo, v. 28, n. 1, p. 415-443, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/ssQVbYsxKVXqqPB5DtLhTFj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2022.

MATOS, Maria Izilda Santos de; TRUZZI, Oswaldo. Colonização e fronteiras: portugueses, presença, trabalho e lutas nos interiores de São Paulo. **História** (São Paulo), [s.l.], v. 39, p. 1-22, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-4369e2020033>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/7ByGd9K8BWZBD9FmJ5vdX9B/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 5 mar. 2022

MATOS, Maria Izilda Santos de; LEITÃO, Alfredo Moreno. Portugueses em São Paulo: trabalho e ação política. **Dimensões**, Espírito Santo, v. 26, n. 26, p. 113-135, 6 jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2564/2060>. Acesso em: 5 mar. 2022.

MELO, Hildete Pereira de. A imigração portuguesa no Brasil: um olhar regional e de gênero nos censos populacionais de 1920-50. In: MOURÃO, Alda; GOMES, Angela de Castro. **A experiência da primeira república no Brasil e em Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 435-454. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/35885/1/A%20experie%CC%82ncia_artigo18.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.

MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Imigrantes portugueses no Brasil a partir dos recenseamentos populacionais do século XX: um estudo exploratório de gênero. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 69-88, 3 jul. 2012. DOI: <https://doi.org/10.22409/rg.v9i1.96>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30954/18043>. Acesso em: 10 set. 2022

MENEZES, Lená Medeiros de. A “onda” emigratória de 1912: dos números às trajetórias. In: SOUZA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (org.). **Nas duas margens**. Os portugueses no Brasil. Porto: Afrontamento, 2009. p. 237-247.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis**. Rio de Janeiro: Editora de Universidade do Rio de Janeiro/ EdUERJ, 1996.

MERLOTI, Elzimar Aparecida; CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza. **Cadernos Ceru**. A contribuição dos imigrantes portugueses para a economia da região de Ribeirão Preto, v. 2, n. 13, p. 73-98, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/75279/78785>. Acesso em: 04 jul. 2022.

NUNES, Rosana Barbosa. Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil. **Revista da Universidade dos Açores**. Açores, v. 7, p. 173 – 196, 2003. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/387/1/Rosana_Barbosa_p173-196.pdf. Acesso em: 5 mar. 2023.

PASCAL, Maria Aparecida Macedo. A imigração portuguesa em São Paulo: trabalho, identidade, tensões e gênero. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **ANPUH**. São Leopoldo: Anpuh, 2007. p. 1-10. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Maria%20Aparecida%20Macedo%20Pascal.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2022.

PASCAL, Maria Aparecida Macedo. Imigração portuguesa em São Paulo: memórias, gênero e identidade. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando; HECKER, Alexandre (org.). **Deslocamentos e Histórias**: os portugueses. Bauru: Edusc, 2008. p. 283-292.

PASCKES, Maria Luisa Nabinger de Almeida. Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil: (sécs. XIX e XX). **Revista de História**, [s.l.], v. 67, n. 123-124, p. 81-93, 30 jul. 1991. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i123-124p81-93>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18636/20699>. Acesso em: 1 mar. 2022.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PORTUGAL. Arquivo Nacional. **Arquivo Histórico Ultramarino**. Portugal: Arquivo Nacional, 1799. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/387/1/Rosana_Barbosa_p173-196.pdf. Acesso em: 5 mar. 2022.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística, **Anuário Demográfico**. Portugal: Instituto Nacional de Estatística, 1966. **Anuário Demográfico**, p. 138. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/387/1/Rosana_Barbosa_p173-196.pdf. Acesso em: 5 mar. 2022.

PORTUGAL. Ministérios dos Negócios Estrangeiros. **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**. Portugal: Ministérios dos Negócios Estrangeiros, 1826. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/387/1/Rosana_Barbosa_p173-196.pdf. Acesso em: 5 mar. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANCHES, Carolline de Medeiros. **A imigração portuguesa e a Hospedaria da Ilha das Flores no início do século XX**. 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/ilha-das-flores>. Acesso em: 5 mar. 2022.

SÃO PAULO. Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Aureliano Henriques (prontuário nº 477 –DEOPS)**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1935. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/22197>. Acesso em: 10 set. 2022.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A mulher no contexto da imigração portuguesa no Brasil. **Análise Social**, São Paulo, p. 653-659, 1986. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223553017C9jFA0ze9Vo91NT0.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

SOUSA, Fernando de. Os portugueses: de colonos a imigrantes. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lúcia Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando de (org.). **De Colonos a Imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2013. p. 21-36. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/de-colonos-a-imigrantes-i-e-migracao-portuguesa-para-o-brasil/os-portugueses-de-colonos-a-imigrantes>. Acesso em: 7 abr. 2022.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2011.